CONJUNTURA ECONÔMICA

Entrevista
Antonio Delfim Netto

FGV
Uma publicação da Fundação Getulio Vargas editada desde 1947
JULHO 2013 • vol. 67 • nº 07 • R$ 13,00 • www.conjunturaeconomica.com.br
ISSN 0010-5945

Carta do IBRE
O país está pronto para o ajuste externo, mas haverá impacto na renda real

Ponto de Vista
Há sinais de aproximação entre a "nova" e a "velha" classe média

Matriz Energética

Modelo em transição

Ambiente de transformação provocado por mudanças regulatórias no setor energético brasileiro deixa dúvidas quanto ao futuro da expansão e dos preços da eletricidade

Seminários IBRE
Os desafios do país para melhorar a competitividade

Projeções e análises da economia brasileira

Código Mineral
Como a nova legislação afetará os projetos mais lucrativos



Já superamos a marca de

60.000 MW

de potência energética instalada

A Construtora Camargo Corrêa participa de mais de 50% de toda a energia renovável do Brasil gerada a partir de fontes hídricas. Em mais de **70 anos** de história, são **35 usinas hidrelétricas** construídas, entre as quais as duas maiores em construção no mundo: Jirau e Belo Monte. Especializada em projetos de alta complexidade também nas áreas de Óleo & Gás, Infraestrutura e Construções Industriais, a Camargo Corrêa criou eficientes sistemas de gestão que monitoram o desempenho socioambiental em cada um de seus empreendimentos que estão espalhados pelo Brasil e outros países da América Latina e África. Desde sua fundação, a empresa preza pela utilização de técnicas e materiais inovadores, que trazem reconhecimento e, acima de tudo, resultados.







E temos energia para muito mais

CAMARGO CORRÊA

www.construtoracamargocorrea.com



APRENDA NUM DIA E COLOQUE EM PRÁTICA NO OUTRO.

Para quem se atualiza no CADEMP – Cursos de Curta Duração da FGV – o resultado é imediato. As aulas são voltadas para a prática e, em pouco tempo, transformam você em um profissional mais completo e preparado. Mais de 180 mil alunos, em 40 anos, estudaram aqui. Afinal, o mercado exige respostas rápidas.

CADEMP FGV

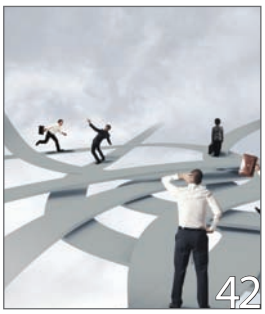
fgv.br/cademp-rio

Cursos de Curta Duração da FGV Contabilidade e Finanças | Logística | Marketing e Vendas | Operações | Recursos Humanos

CONJUNTURA ECONÔMICA









Carta do IBRE

8 País está pronto para o ajuste externo, mas haverá impacto na renda real
O governo detém os instrumentos e a capacidade operacional para fazer o Brasil navegar pelas águas mais agitadas da drenagem do excesso de liquidez internacional, sem rupturas no processo de amadurecimento econômico do país desde a década de 1990. É bastante provável, porém, que, no curto prazo — e talvez no médio — haja uma interrupção do crescimento da renda, do crédito e do consumo, que foi tão importante em termos sociais para o país.

Ponto de Vista

12 Há sinais de aproximação entre a "nova" e a "velha" classe média
As duas classes médias marcharam juntas por uma pauta de demandas que atende crescentemente ao interesse de todos os brasileiros.

Entrevista

16 Antonio Delfim Netto
O ex-ministro avalia as manifestações de rua e a situação da economia brasileira, e propõe a volta ao "arroz com feijão" durante entrevista a Solange Monteiro.

Macroeconomia

22 Jogar a toalha ou protestar
Segundo Fernando de Holanda Barbosa, revogar o aumento das passagens e anunciar cortes de investimentos para subsidiar o transporte público está na contramão da saída, a não ser que os políticos acreditem que a população acabe por jogar a toalha em vez de protestar.

Especial/Matriz Energética

26 Modelo em transição
O esgotamento do modelo de crescimento baseado no consumo levou o governo federal a adotar medidas para melhorar a competitividade da economia, que ecoou no setor de energia em setembro de 2012, com o anúncio da Medida Provisória nº 572 (transformada na Lei nº 12.728), que previa a antecipação de concessões nos setores de geração, transmissão e distribuição. Para discutir as perspectivas do setor, a FGV promoveu o 3º Seminário de Matriz Energética Brasileira. Texto de Solange Monteiro.

36 Marco da incerteza
A volta dos leilões recoloca o Brasil no radar da indústria mundial de petróleo e gás, mas não afasta dúvidas quanto ao futuro da exploração do pré-sal. Texto de Solange Monteiro.

38 Elétricas inteligentes
A forma de entender e utilizar a energia elétrica mudará, com as redes elétricas inteligentes, que aplica tecnologia da informação ao sistema elétrico, para dar mais celeridade, eficiência e transparência a todas as etapas do processo energético. Reportagem de Kalinka Iaquinto.

Competitividade

42 Desatando os nós
Da produtividade à qualidade da carga tributária é o caminho a ser percorrido para levar o país ao mesmo patamar de economias semelhantes no quesito competitividade. Reportagem de Kalinka Iaquinto.

Análise Conjuntural

48 Fervura por trás da acomodação?
Thais Thimoteo acompanhou o Seminário da Análise Conjuntural do IBRE que promoveu a discussão das perspectivas da economia brasileira.

Mineração

56 Faltou a tributação da renda extraordinária no novo Código Mineral
Mauricio Canêdo Pinheiro afirma que o Brasil já se mostrou apto a montar um bom arcabouço institucional para as concessões de petróleo e gás, e nada indica que não possa fazer o mesmo na mineração.

Transporte

62 Os custos dos congestionamentos na cidade de São Paulo
Marcos Cintra afirma que os custos pecuniários e os de oportunidade saltaram, no total, de R$ 17,3 bilhões, em 2002, para R$ 40,1 bilhões, em 2012.

I Conjuntura Estatística
XX Índices Econômicos

FGV IBRE

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Praia de Botafogo, 190 – CEP 22250-900 – Rio de Janeiro – RJ
Caixa Postal 62.591 – CEP 22257-970 – Tel.: (21) 2559-6000

Primeiro Presidente e Fundador
Luiz Simões Lopes

Conselho Diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella.

Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade.

Suplentes: Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto.

Conselho Curador
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio

Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)

Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Ary Oswaldo Mattos Filho, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Andrea Martini (Souza Cruz S.A.), Eduardo M. Krieger (Estado do Rio Grande do Sul), Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda.), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A.), Leonardo André Paixão (IRB-Brasil Resseguros S.A.), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior.

Suplentes: Aldo Floris, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Ildefonso Simões Lopes (Brookfield Brasil Ltda.), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A.), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (SulAmérica Companhia Nacional de Seguros), Roberto Castello Branco (Vale S.A.), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.), Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.), Victório Carlos De Marchi.

Instituto Brasileiro de Economia
Diretoria: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Vice-Diretoria: Vagner Laerte Ardeo

Superintendência de Clientes Institucionais: Rodrigo de Moura Teixeira

Superintendência de Produção de Bens Públicos: Vagner Laerte Ardeo

Superintendência de Estudos Econômicos: Marcio Lago Couto

Superintendência de Planejamento e Organização: Vasco Medina Coeli

Controladoria: Regina Célia Reis de Oliveira

CONJUNTURA ECONÔMICA 65 anos

Fundador
Richard Lewinsohn

Editor-Chefe
Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Editor-Executivo
Claudio Roberto Gomes Conceição

Editores
Bertholdo de Castro e Solange Monteiro

Repórteres
Kalinka Iaquinto e Thais Thimoteo

Editoria de arte
Ana Elisa Galvão e Marcelo Nascimento Utrine
Capa: Marcelo Nascimento Utrine
Foto da capa: Shutterstock
Projeto gráfico: Cintia de Sá
Revisão: Mariflor Rocha
Produção gráfica: Alexandre de Castro
Impressão: Edigráfica

Colaboram nesta edição
Fernando de Holanda Barbosa
Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque
Maristella Santos do Nascimento (estatísticas)
Mauricio Canêdo Pinheiro

Secretaria e apoio administrativo
Priscila Gomes de Souza
Rua Barão de Itambi, 60 – 2º andar
Botafogo – CEP 22231-000 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3799-6840 – Fax: (21) 3799-6855
conjunturaredacao@fgv.br

Conjuntura Econômica é uma revista mensal editada pelo Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getulio Vargas, desde novembro de 1947. As opiniões emitidas nos artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não exprimem, necessariamente, as da Fundação Getulio Vargas. A reprodução total ou parcial do conteúdo da revista somente será permitida com autorização expressa dos editores.

Assinaturas e renovações
conjunturaeconomica@fgv.br

Rio de Janeiro:
(21) 3799-6844

Outros estados:
08000-25-7788 ligação gratuita

Circulação
Bernardo Nunes Chefer
Tel.: (21) 3799-6848
Fax: (21) 3799-6855

Distribuição
FC Comercial e Distribuidora S.A.
Rua Teodoro da Silva, 907
Tel.: (21) 3879-7766
Rio de Janeiro – RJ

Publicidade
Nova Central de Negócios
(11) 3554-7399

Diretor de Negócios e
Relações Institucionais: Fernando Monteiro
(11) 99153-2132
fernando@conjunturainstitucional.com.br

ANER
www.aner.org.br

IVC
INSTITUTO VERIFICADOR DE CIRCULAÇÃO

ISSN 0010-5945 Conjuntura Econômica. – Vol. 1, n. 1 (nov. 1947) -.- Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1947-v. il.; 28cm. Mensal.
Órgão oficial de: Instituto Brasileiro de Economia. Diretores: Nov. 1947-mar. 1952, Richard Lewinsohn; Maio 1952-dez. 1968, José Garrido Torres; Jan. 1969-mar. 1974, Sebastião Marcos Vital; Abr. 1974-mar. 1979, Antonio Carlos Lemgruber; Abr. 1979-abr. 1994, Paulo Rabello de Castro; Maio 1994-set 1999, Lauro Vieira de Faria; Out. 1999-nov. 2003, Roberto Fendt; Dez. 2003-jun. 2004, Antonio Carlos Pôrto Gonçalves; Jul. 2004, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira.
ISSN 0010-5945
1. Economia — Periódicos. 2. Brasil — Condições Econômicas — Periódicos. I. Fundação Getulio Vargas. II. Instituto Brasileiro de Economia.
CDD 330.5



Claudio Conceição

Editor
claudio.conceicao@fgv.br

A produção industrial brasileira de maio levou mais um tombo: queda de 2% em relação a abril. Foi um recuo bem maior do que o esperado pelo mercado que apostava algo ao redor de 1,1%. Como uma das âncoras para que o PIB acumulasse alguns músculos em 2013 era o crescimento da indústria — serviços e agropecuária não devem crescer a taxas muito elevadas —, o ceticismo sobre nossa economia aumentou. E há várias razões para isso: apesar do anêmico PIB — no ano passado aumentou minguados 0,6% —, a inflação continua firme e forte rondando a casa dos 6,5%, em taxas anuais, mesmo com o governo segurando os reajustes das tarifas públicas. No semestre, houve um rombo de US$ 3 bilhões na balança comercial brasileira, o pior déficit em 18 anos. As baixas taxas de desemprego parecem começar a dar sinais de exaustão. A renda média real do trabalhador cresce mais lentamente. Há problemas no campo fiscal. O nível de investimentos se mantém acanhado, em torno dos 18% do PIB. E o cenário externo ainda é bastante hostil, com crise na zona do euro, menor crescimento chinês e sinais de recuperação norte-americana com o Fed dando sinais de alta nos juros.

A esse quadro pouco animador, outro veio se juntar: os protestos populares contra a corrupção, serviços públicos mais dignos, transparência nos gastos públicos e insatisfação com os rumos da economia.

Esta edição costura vários desses assuntos. A coluna Ponto de Vista traça uma análise sobre as manifestações de rua e a aproximação da nova com a antiga classe média, o que pode levar a um novo redesenho de nossa sociedade. Os seminários IBRE trouxeram à tona temas umbilicalmente ligados ao crescimento: o que o país está fazendo no campo da inovação; as mais recentes projeções de nossa economia feitas pelo Boletim Macro IBRE; e a estrutura e segurança de nossa matriz energética, elo essencial para o crescimento. A Carta do IBRE trata das consequências para o Brasil do ajuste externo que está em curso, com as economias do planeta crescendo menos e a progressiva drenagem do excesso de liquidez nos mercados.

Antonio Delfim Netto, que já esteve do outro lado do balcão quando ministro do Planejamento, da Fazenda e da Agricultura, e um dos atuais interlocutores da presidente Dilma, é crítico em relação à resposta do governo às manifestações de rua que, segundo ele, foi esquizofrênica, tanto do Legislativo quanto do Executivo. "O governo não teve tranquilidade de entender o que estava acontecendo", afirma em entrevista que começa na página 16.

País está pronto para o ajuste externo, mas haverá impacto na renda real

De abril de 2007 ao mesmo mês de 2013, o Brasil sofreu uma deterioração nas contas-correntes de 4,23 pontos percentuais do PIB. O país saiu de um superávit acumulado em 12 meses superior a 1% para um déficit de 3%. Para uma economia em que a fragilidade externa provocou, ao longo da história, inúmeras crises de balanço de pagamentos, com paradas bruscas de financiamento internacional, uma mudança nas contas-correntes dessa magnitude merece ser cuidadosamente analisada.

Um primeiro aspecto a ser ressaltado é que o Brasil de hoje parece bem mais robusto em termos macroeconômicos, e com uma política econômica superior à do passado não muito distante. As reservas internacionais de US$ 370 bilhões dão ao país munição para acomodar paradas bruscas de fluxos de capital, mas a arma principal é o próprio câmbio flutuante, que permite que os preços relativos se ajustem para atender às novas condições externas.

Além disso, a estrutura do passivo externo brasileiro hoje é melhor do que a que prevalecia durante as crises externas de nossa história no pós-guerra. O estoque de investimento estrangeiro direto corresponde à quase metade do passivo, no qual estão incluídos ainda carteiras de ações nas bolsas brasileiras e títulos de renda fixa nacionais em posse de residentes externos. Todas essas rubricas são denominadas em reais, e, num episódio de saída brusca de capitais, em que o real tende a se depreciar, contribuem para reduzir o passivo externo — tendo, portanto, uma característica contracíclica importante em momentos mais complicados de financiamento internacional.

De forma complementar, a dívida em moeda externa total, do setor público e privado, é menor do que as reservas internacionais. Assim, o Brasil é credor líquido em moeda estrangeira, e a posição financeira do país se fortalece quando o dólar se valoriza — o que inverte a situação do passado, que propiciou tantas crises.

Todos esses avanços, em termos de resistência do país a oscilações mais fortes das condições de financiamento externo, não significam que um ajuste brusco da conta-corrente seja indolor. Na verdade, um processo desse tipo sempre significa uma redução da absorção, isto é, da soma do consumo e do investimento, no curto prazo. Numa linguagem popular, é o equivalente, para um país, de "apertar o cinto".

Conjuntura recente

Do ponto de vista político, administrar um ajuste de conta-corrente está longe de ser tarefa trivial. No caso brasileiro, ainda há muitas dúvidas sobre o desenrolar dos acontecimentos a curto e médio prazo. A forte e persistente desvalorização do real nas últimas semanas parece indicar que algum tipo de ajuste já está em curso. Alguns fenômenos simultâneos podem estar contribuindo para isso.

O primeiro é a própria expansão acelerada da absorção da economia brasileira no período pós-crise global, que pode ter acontecido num ritmo superior ao que seria suportado de forma sustentável pelo crescimento potencial da economia. Outra forma de olhar para o mesmo processo é considerar que a deterioração da conta-corrente, de mais de quatro pontos percentuais do PIB em seis anos, foi a válvula de escape que permitiu um ritmo insustentável de expansão do consumo e do investimento, sem que a inflação tenha sido ainda maior do que de fato foi.

Assim, evitou-se que o IPCA varasse o teto de 6,5% da margem de tolerância da meta no ano calendário, embora tenha se aproximado dele, ao custo de um aumento médio anual do déficit em conta-corrente de aproximadamente 0,7 ponto porcentual do PIB, ao longo dos seis anos.

Uma questão correlata é a aparente redução do crescimento potencial brasileiro depois da crise global. Há fortes indicações de que isso tenha acontecido, ainda que não exista consenso sobre as causas. No segundo mandato de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a economia brasileira cresceu a um ritmo médio de 4,6%, mesmo com a leve queda de 0,3%, em 2009. A sensação era de que o crescimento potencial era de pelo menos 4%, e chegava-se a falar em números entre 4,5% e 5%.

Hoje, devido ao fraco desempenho em 2011 e 2012, combinado com sintomas de sobreaquecimento nos preços, nas contas externas e no mercado de trabalho, voltou-se a trabalhar com uma ideia de crescimento potencial por volta de 3% — analistas mais pessimistas veem percentuais ainda piores.

Há uma relação entre a velocidade de crescimento de uma economia e o déficit em conta-corrente sustentável. O problema causado pelo déficit com o resto do mundo é o aumento do passivo externo líquido. Por outro lado, o mais relevante para a estabilidade macroeconômica é impedir que o passivo cresça de forma descontrolada como proporção do PIB. Assim, uma maior expansão da economia permite que se importe mais poupança externa de forma mais segura. O corolário dessa constatação é que a provável redução do crescimento potencial do Brasil no período pós-crise também contribuiu para limitar o espaço da ampliação, sem maiores riscos, do déficit em conta-corrente.

A questão ficou mais aguda, porém, por coincidir com uma mudança das condições de liquidez internacional. Os sinais de melhoria da economia norte-americana levaram o Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) a sinalizar que, num momento não muito distante, iniciará a redução do programa de compra de títulos de longo prazo em poder do público. Mais para o futuro, quando a retomada estiver ainda mais consolidada, a taxa de juros básica, hoje virtualmente em zero, começará a subir.

A simples percepção pelo mercado dessa estratégia de gradual redução, pela autoridade monetária norte-americana, do maior programa de expansão monetária da história, já foi suficiente para elevar a rentabilidade do título de dez anos do Tesouro dos Estados Unidos de um mínimo recente de 1,7%, em abril, para a faixa de 2,5% (quando esta Carta foi redigida). Esse movimento afetou profundamente os mercados brasileiros (e dos emergentes em geral), com desvalorização do real e alta dos juros futuros.

O Brasil de hoje parece bem mais robusto em termos macroeconômicos: reservas internacionais em US$ 370 bilhões; passivo externo melhor estruturado; e dívida em moeda externa menor do que as reservas internacionais

Paralelamente, as autoridades chinesas vêm consolidando a opção de aceitar um crescimento menos veloz, com teto de 8% ao ano, como preço para fazer uma transição de modelo, na direção de menos dependência do mercado externo e dos investimentos, e de um papel maior do consumo doméstico. A China mostra disposição também para corrigir distorções no mercado de crédito e apagar os focos de bolhas de ativos, especialmente imobiliários, com decisões duras na área monetária. Numa perspectiva mais longa, o arrefecimento do crescimento chinês (e de outros países da Ásia) deve afetar negativamente o preço das *commodities*, embora as minerais estejam mais suscetíveis do que as agrícolas.

Consequências no balanço de pagamentos

É dentro desse contexto amplo de interação de fatores internos e externos que os riscos do balanço de pagamentos brasileiro devem ser avaliados. Quando se analisa a virada de 4,23 pontos percentuais do PIB em seis anos (abril de 2007 a abril de 2013) para os dados acumulados em 12 meses, constata-se que 84% se referem ao pior resultado da balança comercial, 10% à balança de serviços e renda, com

o restante sendo explicado pelas transferências unilaterais. É claro, portanto, que a piora deriva fundamentalmente do comércio de bens e serviços, e, portanto, da absorção.

É relevante notar que a piora dos bens e serviços aconteceu num período em que o Brasil registrou ganhos de termos de troca da ordem de 20%. Isso sugere que a economia recebeu fortes estímulos no período pós-crise. Além disso, a indicação é de que foi o crescimento da absorção, e não a mudança de preços internacionais, a principal causa da elevação do déficit em conta-corrente.

No quadro geral, pode-se dizer que o Brasil está diante de um provável ajuste do balanço de pagamentos, cuja intensidade vai depender do cenário externo. Algumas projeções de déficit em conta-corrente para 2014 já indicavam uma alta expressiva em relação a 2013, para o intervalo entre 3,5% a 4% do PIB. Esse aumento da importação de poupança, porém, pode ser contido, ou mesmo revertido, se o cenário de normalização monetária internacional se consolidar. A forte desvalorização do real das últimas semanas é um prenúncio desse processo.

Quando se analisa a deterioração de 4,23 pontos percentuais do PIB em seis anos (abril de 2007 a abril de 2013) da conta-corrente brasileira, constata-se que 84% se referem à piora na balança comercial

O país está em condições de ajustar o balanço de pagamentos sem a ocorrência de crises como as do passado, graças à solidez dos fundamentos e à melhor política econômica. É inevitável, porém, que a absorção se reduza, com um impacto negativo inicial na renda real.

Perspectivas

De 1995 a 2011, há forte correlação, de 82%, entre o câmbio real e a renda média real medida pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). De forma aproximada, variações de 10% no câmbio real corresponderam a oscilações de 3% na renda real média. Em 1996, com o câmbio apreciado, a renda média chegou a R$ 1.148. Em 2003, na esteira do pânico eleitoral causado pelo favoritismo e vitória do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o rendimento caiu para R$ 929. Em 2011, ano em que o real chegou a uma máxima de US$ 1,54 e foi negociado o tempo todo abaixo de US$ 2, a renda real média foi de R$ 1.201. Fica claro, portanto, que, mantida a tendência de desvalorização do real, deve ocorrer um recuo na renda real.

O mais prudente neste momento é a preparação para a gestão clássica de um ajuste de balanço de pagamentos com câmbio flutuante. A primeira providência é deixar o câmbio flutuar, utilizando as reservas internacionais para evitar a exacerbação das tendências para além dos fundamentos, e para mitigar o excesso de volatilidade.

Um aumento inicial de inflação parece inevitável, à medida que o preço dos bens comercializáveis internacionalmente (*tradables*) suba relativamente aos não comercializáveis (*non-tradables*), o que nada mais é do que a desvalorização real da moeda. Mas é preciso que a política monetária seja firme para coibir os efeitos secundários, evitando que os *non-tradables* sejam contaminados pela alta dos *tradables*, demandando novas rodadas de desvalorização nominal e inflação.

Com o manejo adequado dos juros e de outros instrumentos acessórios à política monetária, é possível que o ajuste de preços relativos se faça de forma rápida e relativamente ordeira, com um salto inicial da inflação que seja logo corrigido.

O governo detém, portanto, os instrumentos e a capacidade operacional para fazer o Brasil navegar pelas águas mais agitadas da drenagem do excesso de liquidez internacional, sem rupturas no processo de amadurecimento econômico do país desde a década de 1990. É bastante provável, porém, que, no curto prazo — e talvez no médio — haja uma interrupção do crescimento da renda, do crédito e do consumo, que foi tão importante em termos sociais para o país.

CRESCIMENTO SEM SUSTENTABILIDADE NÃO É DESENVOLVIMENTO.

Para a Tractebel, crescimento e sustentabilidade precisam caminhar juntos. Hoje, mais de 80% da energia que ela produz vem de fontes limpas e renováveis. Seus programas sociais e ambientais promovem o desenvolvimento de comunidades e a preservação do meio ambiente em todas as regiões onde atua. **São 22 usinas, em 12 estados brasileiros, gerando a energia e a qualidade de vida que ajudam o Brasil a crescer e se desenvolver.**

Tractebel Energia
GDF SUEZ

Energia para a vida.



TRACTEBELENERGIA.COM.BR

PROPAGUE

Há sinais de aproximação entre a "nova" e a "velha" classe média

Qualquer pessoa ou analista que alegue ter previsto em toda a sua intensidade a onda de manifestações que sacudiu o cenário social e político do país tem de apresentar provas. O fato é que o movimento surpreendeu a todos, e as explicações e interpretações estão sendo feitas em cima dos fatos, a toda velocidade, e sem que possam estar embasadas em uma linha de pensamento prévia e mais profunda que tivesse como possível corolário o que aconteceu. Somos todos profetas da segunda-feira, em relação aos protestos.

Mas, mesmo com todo o grau de improvisação e incerteza das análises, algumas evidências já parecem se impor. Está claro, por exemplo, que há uma grande insatisfação com a qualidade e/ou o custo dos serviços públicos em geral, do transporte urbano à saúde, à educação e a outros temas trazidos à tona pelos manifestantes. Existe também uma percepção de que o sistema político está deteriorado pela corrupção e pela falta de sintonia dos representantes com os temas caros aos representados.

A reação das autoridades, por outro lado, pode ser de cunho populista e imediatista, procurando aplacar a impaciência das ruas com reduções de tarifas e outras medidas de apelo fácil, ou de uma busca mais consistente de um padrão sustentável de funcionamento do sistema político e de melhoria dos serviços públicos. Mesmo neste segundo caso, há muitas dúvidas se o clamor popular pode ser atendido sem uma expansão ainda maior da carga tributária. Uma possibilidade alternativa e complementar seria a de alterar as bases de funcionamento do Estado, com uma gestão mais calcada em resultados e menos processual.

Outro aspecto interessante do debate sobre as manifestações é de caráter mais sociológico, e pode ser resumido na seguinte pergunta: quais classes sociais foram às ruas? A liderança e a proeminência de estudantes inclinaram alguns observadores a imaginar que o movimento foi basicamente concentrado nas classes A e B, ou o que se convencionou chamar no debate recente de "a antiga classe média". Por essa visão, a classe C, a "nova classe média popular", e as classes D e E, tradicionais redutos dos pobres, teriam participado bem menos, ou quase nada, dos protestos.



Uma versão alternativa dessa mesma história é a de que as manifestações começaram com demandas tipicamente populares, como a do não reajuste das passagens dos ônibus urbanos, mas foram capturadas pela agenda da "antiga classe média", com a sua ênfase em corrupção como mal disfarçada forma de alvejar o governo de esquerda do PT, que até hoje luta com as consequências do Mensalão. Nessa narrativa, os meios de comunicação tradicionais, com um viés antipetista, teriam ajudado a mudar o foco dos protestos, desviando-o dos temas típicos das classes populares para um conjunto de demandas mais à direita.

Essas interpretações não resistem à análise das pesquisas de opinião pública sobre os protestos. Em diferentes momentos, as sondagens mostraram que ampla maioria da população, por vezes superior a 70%, apoiou as manifestações. Na divisão por extratos de renda, é verdade que o suporte foi maior nas camadas mais elevadas, mas mesmo assim ele também existiu de forma bem ampla entre os mais pobres. Em resumo, se fosse de fato concentrada no topo da pirâmide, a popularidade do movimento seria muito mais anêmica.

Os protestos podem inclusive apontar na direção de uma nova, salutar e interessante tendência no arranjo de classes brasileiro. Na era Lula, estabeleceu-se uma espécie de polaridade política entre a "nova classe média popular", a classe C, de um lado, e a "velha classe média alta", do outro. Frequentemente, no calor da refrega eleitoral, as queixas dos extratos mais altos eram caricaturizadas como

mal disfarçado rancor em relação aos inegáveis avanços dos pobres na era Lula, e à emergência da classe C como centro político e econômico da nação.

Nas manifestações das últimas semanas, no entanto, o que se viu foi as duas classes médias marcharem juntas por uma pauta de demandas que atende crescentemente ao interesse de todos os brasileiros.

Assim, há indicações de que os emergentes da pobreza começam a ter preocupações que vão além do consumo, e a questionar, por exemplo, a corrupção que encarece e piora o funcionamento do Estado brasileiro – associando-se, assim, à pauta clássica da "velha" classe média. Da mesma forma, aqueles que estão hoje na parte de cima da pirâmide começam a notar que é inviável locomover-se apenas de automóvel, e que o transporte urbano público também deve ser sua prioridade. O encarecimento dos serviços privados mais exclusivos de saúde e educação, por outro lado, vai empurrar parte da classe média tradicional para o provimento público, forçando-a a se incorporar à pressão popular por mais qualidade.

É claro que esse movimento de fusão das duas classes médias ainda é muito incipiente, e pode inclusive recuar temporariamente se o ajuste econômico em curso, a condições externas menos favoráveis, se fizer de forma mais abrupta e dolorosa. Não é impossível que a polaridade entre os dois segmentos volte a ser explorada na campanha eleitoral de 2014.

De qualquer maneira, a possível fusão das classes médias é uma tendência alvissareira do ponto de vista político e econômico. Uma das características do populismo latino-americano, em que há intensa retroalimentação entre a instabilidade econômica e política, é justamente a de criar forte polaridade entre os pobres e a classe média, que é proporcionalmente pequena e acaba se confundindo com os interesses oligárquicos.

A constituição de uma classe média mais ampla, que pode ter recortes políticos e ideológicos, mas que comunga nas exigências básicas de eficiência do Estado e da decência do sistema político, é um estímulo às melhores práticas no setor público. A sua emergência pode sinalizar certo esgotamento do contrato social da redemocratização, mais baseado na ideia de aumento da carga tributária com concomitante aumento das transferências e de reparação de injustiças históricas.

A constituição de uma classe média mais ampla, que pode ter recortes políticos e ideológicos, mas que comunga nas exigências básicas de eficiência do Estado e da decência do sistema político, é um estímulo às melhores práticas no setor público

Numa transição cujo amadurecimento apontava mais para o ano eleitoral de 2018, mas que pode já ter consequências em 2014, a sociedade brasileira parece demandar agora eficiência do Estado, já que o espaço de aumento da carga tributária sem graves danos à atividade econômica está mais do que esgotado.

É possível que o insucesso do ensaio nacional-desenvolvimentista da política econômica em produzir resultados e a perspectiva de reversão (mesmo que distante) das condições monetárias americanas tenham sufocado o *boom* consumista e ajudado a precipitar a mudança. Ainda assim, numa perspectiva de médio e longo prazo, ela parece inevitável. Se, de fato, a classe C pode ser considerada uma classe média, ainda que baixa, ela vai inevitavelmente incorporar os valores meritocráticos e de cobrança de eficiência estatal que caracterizam o papel histórico das classes médias.

Coordenação editorial de Samuel Pessôa, pesquisador associado da FGV/IBRE.



INSPIRAR É SONHAR E REALIZAR.

Acreditar, persistir, encontrar soluções. Jeferson Luiz Dias, geólogo da Petrobras, sempre sonhou com as infinitas possibilidades que o mar poderia oferecer. Após anos de dedicação e trabalho em equipe, suas pesquisas contribuíram para chegar aonde parecia impossível: à maior descoberta de petróleo em águas profundas de todos os tempos. Essa é a nossa gente. É ela que nos inspira a superar desafios.

Tão importante quanto descobrir e produzir petróleo no pré-sal é inspirar histórias como essa.

Compartilhe inspiração.
petrobras.com.br/meinspira
#meinspira

Gente. É o que inspira a gente.

Saiba mais sobre essa e outras histórias.



PETROBRAS 60 anos

o desafio é a nossa energia

Ministério de Minas e Energia

GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

De volta ao arroz com feijão



Foto: Karime Xavier/Folhapress

Antonio Delfim Netto

Ex-ministro da Fazenda, Agricultura e Planejamento

Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

Formado pela Universidade de São Paulo (USP), em 1951, Antonio Delfim Netto tem sua trajetória marcada por extremos, de ministro da Fazenda durante o milagre econômico a interlocutor eventual da presidente Dilma na era PT. Também foi chefe da pasta do Planejamento em plena crise do petróleo, que gerou inflação e recessão, ministro da Agricultura e deputado Constituinte. Essa vivência ao longo dos últimos 50 anos na vida política e econômica brasileira, talvez justifique sua calma frente ao alerta vermelho de diversos analistas sobre a situação fiscal e a pressão inflacionária. "Vamos eliminar essa ideia de que estamos com o apocalipse na esquina", afirma, mas reconhecendo a necessidade de ajustes. "Não podemos mais transformar empréstimo em receita, pois empréstimo não é recurso", diz, indicando que, em matéria fiscal, o melhor é abandonar a alquimia e voltar ao "arroz com feijão bem preparado".

***Conjuntura Econômica* — Em sua última entrevista à revista em meados de 2011, na qual analisava as transformações que ocorriam na economia mundial, o senhor declarou: "em primeiro lugar, é preciso dizer que quem não estiver confuso, está mal informado". Poderíamos falar o mesmo do atual cenário de descontentamento da população brasileira?**

Delfim Netto — Seguramente, hoje essa frase vale ainda mais. Acho que aquela confusão gerou esse movimento que estamos vivendo, e que revela algumas coisas. Entre elas, um desejo que mostra que as prioridades do governo não eram as prioridades que a sociedade queria, e que as prioridades da sociedade não cabem no PIB. Parece-me que nunca foi tão importante mostrar para a sociedade que existem limitações físicas. Que a mesma areia e aço que são usados na construção de um estádio podem ser usados na construção do metrô, mas não podem ser usados na construção dos dois. Porque a quantidade de fatores é limitada, ainda mais no Brasil de hoje, que está praticamente com pleno emprego de mão de obra. O crescimento só pode ser feito através de uma elevação da produtividade da mão de obra. E essa elevação não depende apenas da educação e da saúde desses trabalhadores, mas da quantidade de capital que cada unidade de mão de obra pode dispor. Ou seja, essa produtividade só pode crescer através do investimento. Como o PIB está constante, cresce muito pouco, o investimento tem que ser feito substituindo alguma coisa: ou o consumo privado, ou o consumo do governo, ou o investimento, ou um aumento do déficit em conta-corrente. Parece-me que nunca foi tão importante tentar mostrar para a voz da rua que é ótimo que ela mostre quais são seus desejos, mas que existe um limite para o atendimento disso. Na verdade, a única coisa certa na teoria econômica inteira é a contabilidade nacional. Qualquer tentativa de

violar a contabilidade nacional não se realiza. Pode produzir mais inflação, mais confusão, mais déficit em contas-correntes.

Qual a sua avaliação das manifestações?
Esse descontentamento expresso na rua está na direção civilizatória, é um passo na direção da sociedade que nós queremos e que está implícita na Constituição de 1988. Que sociedade é essa? Uma sociedade republicana, onde todos são sujeitos a mesma lei, inclusive o Estado. Uma sociedade democrática, onde o poder incumbente é escolhido na urna no dia certo, na hora certa, e a apuração é sem confusão. É uma sociedade onde você quer a plena liberdade do indivíduo para poder se realizar como pessoa, você quer uma relativa igualdade, e quer certa eficiência produtiva. A eficiência produtiva não é um fim em si. É simplesmente um instrumento civilizador, para dar ao homem a possibilidade de se humanizar, de se realizar fora do trabalho material, de se construir como ser humano. Esse processo começou na Suméria, e desde então o homem veio escolhendo mecanismos como se fosse uma seleção natural, um movimento para organizar a sociedade e satisfazer esses três desejos: liberdade total, relativa igualdade e eficiência produtiva. Mas esses objetivos não são inteiramente compatíveis. Então você tem que encontrar um mecanismo que promova uma aproximação sucessiva dos três. Que mecanismo é esse? De um lado, é o mercado; de outro, é a urna. Quando o mercado exagera, a urna vem e corrige; quando a urna exagera, o mercado vem e come a urna. Você tem um jogo dialético entre essas duas instituições e converge, em minha opinião, para acelerar esse processo de seleção natural e atingir a sociedade que nós desejamos. Esse movimento na rua é simplesmente uma faísca. O risco são reações um pouco esquizofrênicas como as que a sociedade promoveu. O Brasil lembrou de novo aquela ideia de que é um *Tiranossaurus rex* de 30 metros de comprimento: você põe fogo no rabo dele, e leva meia hora para a informação chegar ao cérebro; ele processa, depois de meia hora a mensagem volta, e ele vira o rabo para o lado errado.

A soma dessas manifestações à atual situação macroeconômica – que demandaria ajustes pouco populares para romper o modelo expansionista vigente – deverá custar caro ao governo?
Em primeiro lugar, vamos eliminar essa ideia de que estamos com o apocalipse na esquina. De fato, a situação fiscal não é nada confortável. Mas temos um déficit nominal de 3%, um superávit primário de 2%, os gastos com juros são 5%. Podia ser um pouco menos, um pouco melhor, mas não há nenhum desarranjo maior nesse processo. Esse déficit nominal vem diminuindo desde o Plano Real. O que eu acho é que fizemos muita alquimia contábil. Estou cada vez mais convencido de que, em matéria fiscal, temos que esquecer todas as sofisticações. Temos que ir para o arroz com feijão bem preparado. Ou seja, entender que déficit e dívida estão ligados por uma identidade. Se você faz isso, você verá que o endividamento brasileiro é muito superior ao que está registrado, e que fomos mexendo tanto na estimativa da dívida líquida que ela não faz mais o menor sentido. Isso tirou do governo uma grande margem de manobra na política fiscal. Isso, entretanto, não é uma desgraça, não significa que iremos explodir. Só significa que não adianta mais imaginar que dívida é recurso.

Analistas apontam que a redução do superávit, tanto quanto o aumento da pressão inflacionária, vem do esgotamento do modelo optado pelo go-

É claro que estamos com uma inflação desagradável, de 6%, mas boa parte dessa discussão se refere ao fato de que ela nunca foi muito menor do que é hoje. Há dez anos a inflação namora o teto superior. Só que dez anos atrás a taxa de juros real era de 10% ao ano. Hoje, é de 1,5%. E ganhar a vida honestamente é muito mais difícil

verno para estimular o crescimento. O senhor concorda?
É claro que estamos com uma inflação desagradável, de 6%, mas boa parte dessa discussão se refere ao fato de que ela nunca foi muito menor do que é hoje. Há dez anos a inflação namora o teto superior. Só que dez anos atrás a taxa de juros real era de 10% ao ano. Hoje, é de 1,5%. E ganhar a vida honestamente é muito mais difícil.

A indústria talvez seja o último gueto da economia brasileira que tem fatores de produção disponíveis. Ela está operando abaixo da sua capacidade e não dispensou sua mão de obra devido ao alto custo da dispensa, além da perda de trabalhadores treinados, com a cultura da empresa

Um dos fatores que colaborou para mitigar a inflação em anos anteriores foi o alto preço das *commodities* que exportamos, e isso abriu espaço a importações de bens de consumo. A tendência, entretanto, é de que esse cenário mude. Isso não preocupa?
O aumento das relações de troca ajudou a conter a inflação. A renda sempre cresceu mais do que o PIB. A partir de 2011, aconteceu o contrário. Hoje, no controle da inflação, acho que só cinco ou seis países no mundo têm taxas acima de 5%. Realmente estamos numa situação desagradável. Mas não significa uma tragédia. Onde eu acho que há uma situação mais complicada, a despeito de ter reservas, é no saldo comercial. Graças a essa redução das relações de troca, você está caminhando para um saldo comercial negativo. Os economistas podem dizer: não tem importância, porque são só 3,5% do PIB. Mas serão US$ 75 bilhões este ano, que têm de ser financiados. Isso coloca uma interrogação sobre a taxa de câmbio. Era visível que isso ia acontecer, mas o câmbio não é uma variável contínua. Então, no primeiro momento que o governo amarelar quando tiver que usar um pedaço da reserva para cobrir buraco em contas-correntes, se não tiver mudado adequadamente, vai pegar um *overshooting* cambial e terá um problema complicado. O governo fica mais rico, porque tem a reserva, mas destrói o resto do setor privado. Não os bancos, pois como há uma regra de que *assets* e *liabilities* são coordenadas e não podem passar de 5% do patrimônio, não haverá risco. Mas os clientes dos bancos que tomaram empréstimos em dólares, aqueles que não têm *hedges* naturais porque não são exportadores, esses não vão pagar suas dívidas. Então, acompanhando o problema cambial, você terá uma situação financeira muito delicada. Esse, em minha opinião, é o aspecto mais delicado para o futuro.
Agora, tudo que está aí é produto da política econômica que nós executamos. Quando, depois de 2009, estimulou-se um aumento fantástico dos salários nominais muito acima da produtividade física do trabalho, e estimulou-se simultaneamente uma subvalorização do real por causa da taxa de juros mais alta, houve uma valorização dramática do câmbio que produziu um enfraquecimento principalmente do setor industrial. A indústria ficou prisioneira desse mecanismo porque o setor de serviços não tem competição externa e pode ajustar salário e preço, e o setor industrial não pode. Você substituiu todos os aumentos de consumo que eram produzidos pelo aumento da renda, que estava artificialmente sendo empurrada para cima, com produtos importados. A indústria talvez seja o último gueto da economia brasileira que tem fatores de produção disponíveis. Ela está operando abaixo da sua capacidade e não dispensou sua mão de obra devido ao alto custo da dispensa, além da perda de trabalhadores treinados, com a cultura da empresa.

Qual sua expectativa para nossas exportações, sobretudo de *commodities*?
O setor agroindustrial vai sofrer enormemente. Terá uma queda daquela renda que escondia as

ineficiências da infraestrutura, e estas emergirão. As taxas de retorno do setor cairão, pois ainda levará anos para solucionar a questão logística que afeta o setor. Temos muita produtividade na agricultura, mas não temos logística. Não é apenas a relação de troca que cairá. A renda vai crescer menos do que o PIB. O setor será pressionado por uma redução de lucro. Por outro lado, destruímos o setor exportador industrial. Por isso, eu acho que, em quatro ou cinco anos para frente, o problema crítico do Brasil será o financiamento do seu buraco em contas-correntes.

Acelerar a educação não é um problema necessário só para a produção: é a salvação da economia e da democracia. No caso da saúde, não precisamos de um ministério, mas de um conselho que reúna deputados e secretários para determinar a sua orientação. Saúde acontece no município. Em Brasília não tem ninguém que tenha saúde

Hoje, temos mais musculatura para enfrentar esse problema que no passado?
Sim, muito. Não há razão para imaginar uma desgraça. Ainda temos tempo para corrigir isso. Mas é preciso pensar. Temos que atacar a infraestrutura, e precisamos permitir que o câmbio se corrija.

Que influência os sinais positivos de recuperação econômica dos Estados Unidos — com uma redução gradual de estímulos pelo Fed e aumento da taxa de juros no país — e a desaceleração da China poderão trazer a esse cenário?
Os Estados Unidos são o único país que tem as duas coisas que promovem crescimento: inovação e crédito. Agora se soma a isso uma revolução energética, com o *shale gas*. Também estão corrigindo déficit em contas-correntes, e a relação déficit/PIB, reduzindo déficit fiscal. Os EUA estão no caminho de uma recuperação. Crescerão em torno de 2%, 2,5%. Também vale lembrar que a Europa está voltando. Os déficits fiscais caíram enormemente e os déficits em conta-corrente caminham todos para zero. Enquanto estamos aqui, eles estão se arrumando — com confusão, gente na rua, desemprego, mas estão caminhando para corrigir. E a China, em seu processo de desaceleração, tem o problema de ter de trocar o pneu do caminhão com ele andando.
Os reflexos desse contexto serão todos negativos. Os EUA ainda são o local para o qual exportamos produtos industriais. A China seguramente contribuirá para uma queda ainda mais acelerada dos preços de *commodities*. Ou seja, esse contexto, com destaque à elevação das taxas de juros dos EUA, direcionará o movimento de capitais, de forma que teremos uma confusão, um agravamento do déficit em contas-correntes e uma redução do capital para financiar. Teremos de usar as reservas.
No caso do câmbio, acaba-se corrigindo. Demora menos: cerca de dois anos, dois anos e meio. Agora, o que eu acho é que não tem como imaginar que o câmbio não vá subir. E o efeito sobre a inflação é muito menor do que se imagina. Modelos do Banco Central mostram que você tem aí uma elasticidade de 0,4, 0,5. Nosso problema é que acabou a margem de endividamento. Tudo aquilo que fazemos para compensação do câmbio acaba em operação compromissada, que é endividamento. Os graus de liberdade na economia brasileira diminuíram bastante.

A questão cambial poderá significar ao menos um alento para o setor exportador?
Eu acho que essa mudança do câmbio terá menos efeito para estimular as exportações, porque a demanda externa está murcha, por conta da queda da renda no mundo. Mas deverá ter um papel importante na substituição de parte das impor-

tações. Não é possível que o Brasil não produza mais um ferro elétrico, um liquidificador. Não tem nada a ver com essa teoria de que a produtividade brasileira é baixa. É empiricamente comprovável que, dentro da fábrica, o trabalhador, a homem/hora no Brasil é equivalente à da China. As diferenças estão fora da fábrica. Essa ideia de que o chinês é muito eficiente é verdadeira, mas à custa de subsídios gigantescos e de outro tipo de organização social, de relação trabalhista. O que aconteceu, na verdade, é que nos violentamos. O Brasil foi o único país do mundo que disse que a China é uma economia de mercado. E a indústria pagou um preço caríssimo por isso. De fato, há 35 anos não se fazem investimentos em infraestrutura importantes. Foi-se destruindo, consumindo a infra que se tinha. Agora mesmo saiu um estudo da consultoria McKinsey que mostra que é assustadora a posição brasileira diante do mundo em matéria de infraestrutura. E tudo isso está se buscando corrigir.

Os esforços do governo em atrair investimentos poderão ser impactados pela tendência de contenção de reajustes das tarifas de serviços públicos, como resultado das manifestações?
Já se introduziu uma enorme insegurança. Quando o governo federal não aumenta o pedágio e negocia com o concessionário a não realização de investimentos, introduz uma insegurança jurídica monumental. Pois quem é que não está cumprindo contrato? É o concessionário. Daqui a quatro anos, o Ministério Público vai dizer para o concessionário: você não cumpriu o contrato. E quem tomou essa medida pode estar fora.

Hiperativismo na direção certa é muito bom. Nesse caso, o que houve foi uma resposta equivocada. Estava tudo bem nas ruas. Ia numa direção civilizatória. Tinha uma briga aqui, outra ali, mas era um movimento que se autocoordenava. A resposta, em minha opinião, foi esquizofrênica, tanto do Legislativo quanto do Executivo

Isso é resultado de um hiperativismo do governo?
Hiperativismo na direção certa é muito bom. Nesse caso, o que houve foi uma resposta equivocada. Estava tudo bem nas ruas. Como eu mencionei, ia numa direção civilizatória. Tinha uma briga aqui, outra ali, mas era um movimento que se autocoordenava. A resposta, em minha opinião, foi esquizofrênica, tanto do Legislativo quanto do Executivo. O Congresso votou dez coisas que estavam lá há 14 anos, e todas erradas. O próprio governo não teve tranquilidade para tentar entender o que estava acontecendo e dizer: vamos fazer o que é possível. Não adianta anunciar R$ 50 bilhões em mobilidade urbana sem saber de onde vem o dinheiro. E o problema da educação e da saúde no Brasil não é de recurso, mas de gestão.
Acelerar a educação não é um problema necessário só para a produção, não: é a salvação da economia e da democracia. No caso da saúde, não precisamos de um ministério, mas de um conselho que reúna deputados e secretários para determinar a sua orientação. Saúde acontece no município. Em Brasília não tem ninguém que tenha saúde. Hoje, eu ponho R$ 1 em Brasília que eu tirei dos estados, que vai sendo consumido no meio do caminho, e devolvo R$ 0,20. O orçamento é uma ficção. Acho que a solução seria um orçamento de base zero. Começar de novo. Existem milhares de programas que não têm nenhum papel além de sustentar o sujeito que estava sentado na cadeira. É uma questão de administração. Não adianta dizer que vai destinar 10% para saúde, 10% para educação, fazer meia-entrada, dar subsídio ao combustível, e a Cide para economia nos transportes. Tudo isso é só confusão. Como eu disse, o que o Brasil está precisando é de um arroz com feijão benfeito.
Essa mesma lógica está sendo usada para a destinação dos recursos do pré-sal...
Esse é um tema fundamental. Se não soubermos administrar esses recursos, será uma tragédia. Acho que, no caso do pré-sal, deveríamos partir

para usar a velha lei. Funcionou maravilhosamente nessas últimas concessões. Não há nenhuma razão para a Petrobras ser obrigada a participar com um terço em todos os blocos. Você pode fazer o regime de partilha simplesmente aumentando sua participação. Já nesse regime de partilha oficial, você precisa de uma estatal (PPSA) para estimar como funciona o custo. Vai ter que discutir se o charuto que o gerente fuma é custo ou não. Ou seja, as empresas vão ganhar a concessão, mas depois haverá mais três anos de discussão para saber o que é custo. Eu olho para a Austrália e morro de inveja. A Austrália descobriu o *shale gas*, em 2011, e neste primeiro semestre vai entregar gás à China e ao Japão. Nós recebemos a informação de que o pré-sal existia em 2003. E ainda em 2012 discutíamos como vamos fazer. Provavelmente, somente entre 2017 e 2020 é que veremos o início efetivo disso.

É preciso melhorar a administração. Fixar as taxas de retorno das concessões, por exemplo, é um experimento inútil, porque o risco está mudando todo dia. O risco hoje é muito maior do que há duas semanas. Não adianta não aceitar. Quando se fizer o primeiro leilão, valerá o risco daquele instante. Precisamos nos concentrar em fazer bons projetos. Ter bons projetos executivos e programas de execução. Chamar quem entenda de leilão. Talvez o leilão seja o setor na microeconomia que teve o maior progresso nos últimos anos. Assim formularemos o leilão que queremos, deixando o mercado fixar a taxa de retorno.

Mesmo com a necessidade de tantos ajustes, o senhor mantém sua defesa de que o governo está na direção certa?

Sim. A medida da renovação de concessões do setor da energia, por exemplo, foi correta. Não violou contrato, só não precisava ser feita da maneira que foi. Poderia esperar vencer os contratos, e o preço da energia cairia muito mais. A energia da concessão de Três Irmãos, por exemplo, cairá muito mais do que a redução provocada pela intervenção do governo. O negócio dos portos também está absolutamente correto, mas a forma de fazer está produzindo muito atrito. Agora mesmo, essa medida sobre o problema dos médicos, me parece certo pedir a quem se beneficiou de um estudo gratuito durante seis anos que dê uma colaboração de dois anos. Mas isso tinha que ter sido feito de forma mais harmoniosa. As coisas estão na direção certa e vão produzir resultados em dois, três, quatro anos, ainda que, em geral, estejam produzindo um calor gigantesco no curto prazo.

Mas há um descrédito importante que já se refletiu nos índices de popularidade da presidente e se concentra na equipe econômica...

Esse ataque *ad hominem* ao ministro Guido Mantega é absolutamente injusto. Ele é um profissional competente que leu os mesmos livros que nós. Quem está no governo sabe que lá é tudo mais difícil do que quem está sentado do lado de fora pensa. Não é uma questão de nomes. Ele cumpre um papel que é uma política de governo, e tem consciência clara de que o problema fiscal é crítico. Houve, sim, um laxismo, a partir de 2009, e estou convencido de que agora é necessária uma luz do sol sobre tudo isso. Temos que calcular direito o déficit e a dívida. Vai dar um número triste? Sim. Mas saber que o número é triste é o primeiro passo para corrigi-lo. Volto a insistir: não podemos mais transformar empréstimo em receita, pois empréstimo não é recurso. Quando financio empréstimos com dívida pública simplesmente estou usando recursos que alguém usaria melhor do que eu. ■

É preciso melhorar a administração. Fixar as taxas de retorno das concessões, por exemplo, é um experimento inútil, porque o risco está mudando todo dia. O risco hoje é muito maior do que há duas semanas. Não adianta não aceitar. Quando se fizer o primeiro leilão, valerá o risco daquele instante. Precisamos nos concentrar em fazer bons projetos

Jogar a toalha ou protestar

Fernando de Holanda Barbosa

Albert Hirschman, economista alemão e professor da Universidade de Princeton, que morreu em dezembro de 2012, introduziu dois conceitos que ajudam a compreender fenômenos econômicos, políticos, sociais e até mesmo pessoais. Em inglês os dois conceitos são *exit* e *voice*, que traduzi de modo livre por jogar a toalha e protestar. Diante de um problema você pode tomar a decisão de jogar a toalha, isto é, sair (*exit*) porque você acredita que não haja solução e (ou) que sua opinião não será levada em conta. A alternativa é usar os meios disponíveis de comunicação (*voice*, voz) para contribuir na solução do problema. A sociedade brasileira decidiu, na segunda quinzena de junho, sair às ruas das grandes cidades para protestar contra os problemas com que se defronta a população urbana do nosso país. O estopim foi o aumento dos preços das passagens na cidade de São Paulo e a reação virulenta da polícia paulista no primeiro dia da manifestação.

O Brasil desde sempre foi uma sociedade dual: o pobre vai para a escola pública, as classes média e rica mandam seus filhos para a escola privada; o pobre vai para o hospital público, as classes média e rica compram seguros-saúde e utilizam a rede privada; o pobre usa o transporte público, as classes média e rica usam seus automóveis; o pobre depende da polícia para sua insegurança pública, as classes média e rica protegem seus condomínios com grades, dispositivos eletrônicos e segurança privada; pobre quando comete um delito aplica-se o rigor da lei, no caso de uma pessoa rica ou da classe média, contrata-se um bom advogado que sabe como protelar até as calendas gregas a aplicação das leis que foram feitas para protegê-los.

Poderíamos continuar enumerando outros fatos que caracterizam nosso dualismo, mas acredito que esses sejam suficientes para evidenciar a existência desse fenômeno. Como resolver essa dualidade? A estratégia gradualista adotada por nossa sociedade, desde o modelo de substituição de importações do século passado, para resolver parcialmente esse problema, é incorporar cada vez mais a classe pobre na classe média. Não resta dúvida que o Brasil progrediu bastante nos últimos cem anos. Quem conheceu o interior do Nordeste na década de 50, do século passado, sabe que houve uma mudança significativa. No Brasil, as classes média e rica cresceram, mas as desigualdades são tão grandes que ainda estamos mais próximos da África do que da Europa e da Ásia. Uma dura realidade que faz qualquer pessoa esclarecida não ter orgulho desse *status quo*.

A economia brasileira, nos últimos cem anos, cresceu, diversificou-se e atualmente existem condições técnicas e econômicas para

trocar o gradualismo por um tratamento de choque. O pilar do tratamento de choque deveria ser duas reformas: urbana e administrativa do Estado. A reforma urbana tem que resolver os problemas da habitação popular, dos transportes públicos e da infraestrutura urbana. A reforma administrativa do Estado deveria ter como escopo a educação, a saúde e a segurança pública. A primeira reforma requer aumento da taxa de investimento do setor público. A segunda que se desmonte o aparelhamento do Estado cujo organograma não tem nada a ver com a eficiência da administração pública, mas sim satisfazer o apetite dos partidos políticos que apoiam o governo.

A resposta dos governos de São Paulo e do Rio de Janeiro às manifestações populares foi revogar o aumento das passagens e anunciar que terão que cortar uma parcela dos investimentos públicos para subsidiar o transporte público. No curtíssimo prazo é compreensível que os governos, surpreendidos com fatos inesperados, procurem atender à reivindicação dos manifestantes. Todavia, essa decisão está na contramão da solução, a não ser que os políticos acreditem que a população acabe por jogar a toalha em vez de protestar.

Revogar o aumento das passagens e anunciar cortes de investimentos para subsidiar o transporte público está na contramão da solução, a não ser que os políticos acreditem que a população acabe por jogar a toalha em vez de protestar

Fernando de Holanda Barbosa é professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV.



CONJUNTURA ECONÔMICA

Assinaturas e renovações

conjunturaeconomica@fgv.br

Rio de Janeiro:
(21) 3799-6844

Outros estados:
08000-25-7788 (ligação gratuita)

OTC BRASIL 2013

EVENTO ORGANIZADO PELO IBP E OTC

29–31 Outubro 2013

RIO DE JANEIRO



DE NORTE A SUL: UM MAR DE OPORTUNIDADES

A **OTC BRASIL** visa atrair renomados especialistas e empresas do segmento offshore de petróleo e gás para compartilhar conhecimento, fazer novos contatos e explorar as mais recentes tecnologias do mercado.

Inscreva-se agora!
WWW.OTCBRASIL.ORG

EXPOSIÇÃO

Encontre os principais fornecedores de bens e serviços da indústria e conheça as últimas inovações do segmento de E&P offshore.

Tudo o que você procura na indústria offshore de E&P está na exposição da OTC Brasil, que acontece no Riocentro.

A primeira edição do evento, em 2011, atraiu mais de 10 mil profissionais da indústria, de 65 países.

Para informações sobre a exposição, entre em contato com a equipe de vendas da OTC Brasil: **otcbrasil@ibp.org.br**.

DESTAQUES TÉCNICOS

O programa técnico altamente qualificado permitirá um ganho de aptidão tecnológica e o intercâmbio de ideias.

Junte-se aos líderes da indústria mundial para compartilhar as perspectivas e o cenário de investimentos no mercado brasileiro.

Saiba mais sobre a rodada do Pré-sal com a Diretora Geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), o leilão mais esperado pela indústria. Aprenda com os especialistas sobre as lições fundamentais dos megaprojetos de E&P e como evitar perdas.

As sessões técnicas também darão aos participantes a oportunidade de focar em novas e emergentes tecnologias, assim como as tecnologias já comprovadas, mas com aumento da sua eficiência e segurança.

A implantação e instalação da primeira plataforma do tipo TLP no Brasil, usada para o desenvolvimento do campo de Papa-Terra, pode gerar novas oportunidades para a complementação do projeto padrão de um FPSO. Entenda os principais aspectos das soluções para árvore de natal seca e como pode ajudar na redução do Capex e Opex em campos de águas ultra profundas.

Sessões especiais serão focadas na discussão dos reservatórios do pré-sal, abordando desafios na perfuração, completação, separação e processamento subsea e novas tecnologias nas unidades flutuantes de produção.



Para mais informações sobre o evento, visite nosso site WWW.OTCBRASIL.ORG.

OFFSHORE TECHNOLOGY CONFERENCE • BRASIL • SM

Modelo em transição

Ambiente de transformação provocado por mudanças regulatórias no setor energético brasileiro deixa dúvidas quanto ao futuro da expansão e dos preços da eletricidade



Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

Os sinais reiterados de um esgotamento do modelo de crescimento baseado no consumo têm feito o governo federal intensificar a adoção de medidas voltadas à melhoria da competitividade da economia brasileira. Com notas que vão do programa de desonerações à política industrial, o mantra da competitividade entoado pelo governo ecoou no setor de energia em setembro de 2012, com o anúncio da Medida Provisória nº 579, que previa a antecipação de concessões nos setores de geração, transmissão e distribuição. Com a MP, depois transformada na Lei nº 12.783, o governo buscava atender a um apelo antigo da indústria: redução dos preços da eletricidade, entre os mais caros do mundo.

Mas essa terapia, que deveria beneficiar os consumidores e aliviar a expectativa dos concessionários sobre a possibilidade de novas licitações, surtiu o efeito oposto. A adesão dos agentes de mercado foi parcial e o cenário foi agravado pela queda no nível dos reservatórios no final do ano, que demandou o acionamento da geração termelétrica, mais cara, e colocou a confiabilidade do suprimento na berlinda. Para cumprir a meta do desconto tarifário, o governo valeu-se de uma sequência de decretos e resoluções de efeito imediato, pegando as empresas no contrapé, e desencadeando um processo de judicialização do qual o setor agora precisa se desvencilhar para retornar à normalidade. "Estamos vivendo um momento especial, em que é preciso haver uma convergência para recuperar o bom funcionamento do setor elétrico", diagnostica Paulo Pedrosa, presidente executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace).

Como desatar esse nó e garantir o investimento necessário à expansão do setor, bem como o suprimento para a indústria a preços competitivos, foi a tônica do 3º Seminário de Matriz Energética Brasileira, promovido pelo Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura da FGV/EPGE, FGV/IBRE e *Conjuntura Econômica* nos dias 4 e 5 de junho, no Rio de Janeiro.

"O aumento do número de ações na Justiça reflete a dificuldade de interlocução do setor energético com o governo. No final, é um contrato perde-perde"

Mário Menel

Luiz Fernando Vianna, presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, ilustra os impactos sofridos pelos agentes do setor depois da MP. "Cerca de 8 GW médios de geração que foram transformados em quotas para suprir as distribuidoras, e que eram comercializados a R$ 100 MW/h, passaram a ser vendidos por R$ 35. Empresas como a Eletrobras tiveram que se adaptar duramente a essa realidade", diz. "Na transmissão, a redução de 40% na receita permitida. E distribuidoras ficaram com problemas de caixa. O setor ainda levará tempo para absorver tudo isso, pois os impactos foram grandes", conclui.

Um dos pontos de maior divergência entre os agentes, e que vieram na esteira da MP, é a Resolução nº 03 do Conselho Nacional de Política Energética, que redefine o rateio para pagamento do despacho térmico, conhecido como Preço da Liquidação das Diferenças (PLD), antes concentrado nos consumidores. "A nova modelagem incorporará mecanismos de aversão a risco, levará a preços maiores do PLD e certamente irá impactar o custo marginal da expansão e o preço da energia. Mas nosso esforço é fazer com que o PLD seja o mais real possível", afirma Luiz Eduardo Barata Ferreira, presidente do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

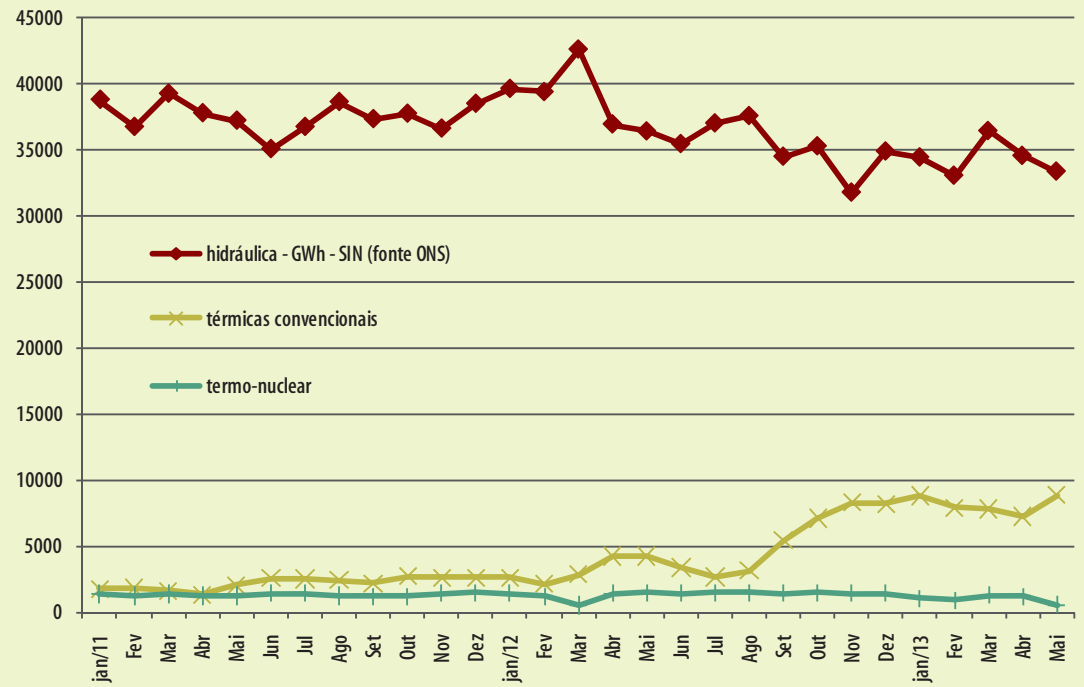
A decisão, entretanto, foi rechaçada pelos geradores. No final do primeiro semestre, acumulavam-se liminares contra a determinação, paralisando a atividade da CCEE. Para Luciano de Castro, diretor do Electricity Market Forum da Kellog School of Management, a judicialização da atividade denota uma dinâmica ainda menos produtiva para o setor. "Modelos que levam a questionamentos jurídicos têm uma série de consequências maléficas", diz, indicando que, nesses casos, as empresas têm de focar no apoio jurídico mais do que na eficiência administrativa. "O aumento do número de ações na Justiça reflete a dificuldade de interlocução do setor energético com o governo. No final, é um contrato perde-perde", reforça Mário

> "Nos últimos dez anos, o BNDES apoiou cerca de 220 projetos somente em energia, e hoje não enxergamos escassez no curto prazo para novos financiamentos, pois energia é prioridade para nós"
>
> *Felipe Guth*

Menel, presidente da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia (Abiape).

Para os consumidores industriais, que deveriam ser os principais beneficiados pela lei, os resultados tampouco agradaram. "Tivemos ganhos conceituais muito importantes, como o reconhecimento da energia como fator de competitividade. Mas no caso da concessão de geração, o movimento não alcançou o mercado livre", diz Pedrosa. O executivo aponta que, para os consumidores cativos — que abarcam um número muito pequeno de indústrias —, o ganho se aproximou dos 30%. Já para a maior parte do setor fabril, que atua no mercado livre, Pedrosa aponta que a redução foi bem menor, entre 9% e 18%, percentual gradativamente consumido pelo alto custo do despacho termelétrico. "O mercado cativo teve redução de R$ 52 por MW/h, e o livre, de R$ 24 por MW/h, por não participar dessa redução na geração. O modelo, que deveria tornar a indústria mais competitiva, acabou focado na redução da tarifa do consumidor residencial",

EVOLUÇÃO DE CONSUMO



Fontes: ONS.

diz Cristopher Vlavianos, presidente da gestora independente de energia elétrica Comerc.

Fator investimento

O risco desses impactos sofridos pelo mercado a partir da edição da MP nº 579, e ainda pouco decantados pelo mercado, também afetam a necessidade de expansão do setor. "Temos num grande desafio para os próximos dez anos, que será ampliar a geração de seis mil a sete mil MW/ano", diz Altino Ventura Filho, secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia. Desde o anúncio da antecipação do contrato de concessões, entretanto, a capacidade de investimento das empresas se deteriorou significativamente, colocando um ponto de interrogação sobre seu apetite por novos projetos.

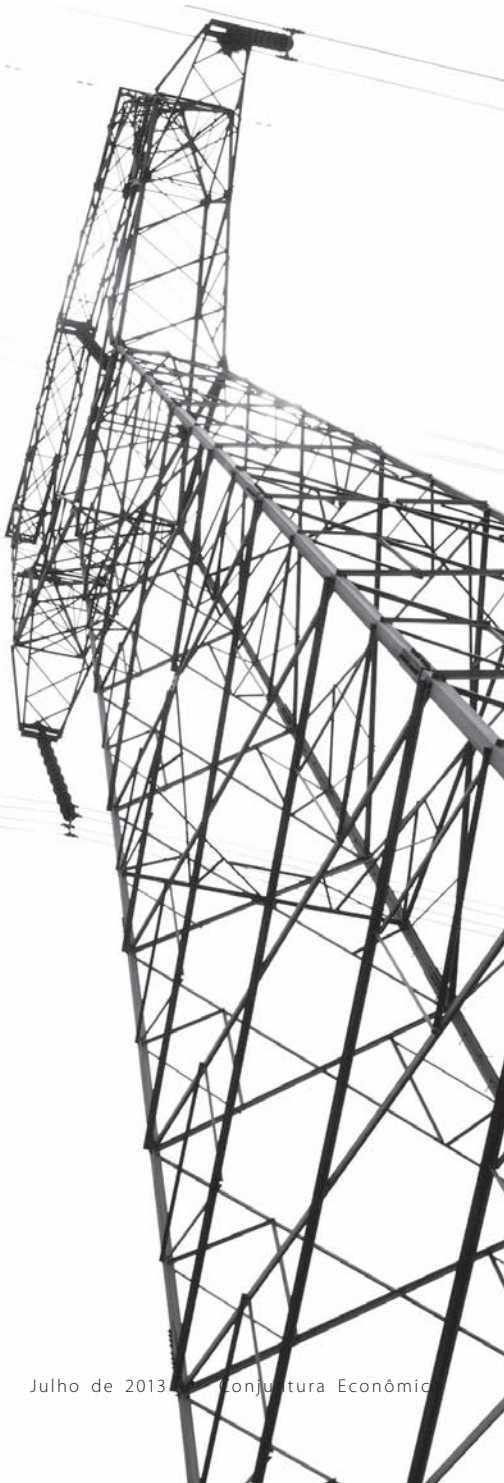
Analistas ressalvam que o alarme disparado pelo anúncio da MP nº 579 não significa a ausência de um modelo bem-sucedido de financiamento. "Até agora, o funcionamento tem sido fantástico. É difícil ver no Brasil um projeto que não se financie", diz Gustavo Gattass, responsável pela área de análise de empresas do banco BTG Pactual. Felipe Guth, gerente da área de Energias Renováveis do BNDES, lembra que parte desse sucesso advém do formato de leilões, que permitem a expansão da oferta com projeção de receita no longo prazo. Além disso, a maior parte do crédito do setor está nas mãos do BNDES, que representa uma parcela importante da estrutura de capital desse mercado: 30% do total, segundo a gestora de recurso Indie Capital, sendo o restante dividido entre outros credores (15%) e *equity* (55%). "Nos últimos dez anos, o banco apoiou cerca de 220 projetos somente em energia, e hoje não enxergamos escassez no curto prazo para novos financiamentos, pois energia é prioridade para nós", diz Guth.

"Com a presença cada vez menor de hidrelétricas com reservatórios, e a dificuldade de licenciamento ambiental de novos projetos hidrelétricos na Amazônia, perdemos capacidade de regularização, de estoque de energia"

Hermes Chipp

Para um setor intensivo em investimento, entretanto, a necessidade de outras frentes de financiamento é inquestionável, as quais, até agora também deram resposta positiva. Marcio Prado, sócio da Indie Capital, lembra que o setor é o segundo mais relevante do país em captação de debêntures, e que a capitalização em bolsa das empresas elétricas quase triplicou entre 2004 e 2007, registrando, em quase dez anos, cerca de R$ 10 bilhões em ofertas públicas de ações na Bovespa.

"No caso do setor de energia, a capitalização é uma boa medida do valor conferido pelo mercado ao



AO SABOR DOS VENTOS

Grande destaque entre as fontes de energia alternativa, a geração eólica também passa por fase de transição. Com questionamentos sobre os limites que a intermitência na geração poderia implicar para a expansão da fonte, bem como os problemas gerados pela falta de linhas de transmissão em parte do parque já instalado, implicaram alguns ajustes de regras para o segmento. Entre eles, a restrição de projetos sem garantia de conexão à malha de transmissão no leilão de energia de reserva marcado para agosto, condições mais rígidas para uso de linha de crédito do BNDES, e elevação do patamar de reservas provadas de 50% para 90%.

Mesmo assim, o leilão de agosto atraiu 665 projetos, somando capacidade instalada de 16 mil MW em nove estados. "Hoje, temos ótimas perspectivas. As eólicas da segunda fase (com torres de aerogeradores mais altas), por exemplo, venderam fator de capacidade de 42% e entregaram um fator médio de 54%", informa Elbia Melo, presidente executiva da Abeeólica, afirmando que a meta é ampliar a capacidade instalada dos 2,51 GW, registrados em dezembro de 2012, a 8,8 GW, em 2017, e 20 GW, em 2021, quando a fonte representaria 12% do total da matriz.

Enrique de Las Morenas, *country manager* da Enel Green Power no Brasil, corrobora a atratividade dessa geração no Brasil. "Um país que tem eólicas com esse fator de capacidade e um potencial de mais de 250 mil MW sempre será uma grande oportunidade", diz, lembrando que a fonte também possui a seu favor um custo baixo de instalação, de R$ 5 mil por kW instalado.



"Esperamos ter um bom sinal da demanda para consolidar a cadeia produtiva que atraímos para o Brasil", assinala Elbia. "Caso contrário, quando houver a recuperação econômica e o mundo voltar a investir, o Brasil poderá perder esses investidores." A executiva também fala sobre as externalidades positivas da geração eólica, com a criação de 15 postos de trabalho em toda a cadeia produtiva para cada MW instalado, a complementação com outras atividades econômicas, como lavoura e pecuária, transformando-se em renda adicional para pequenos agropecuaristas.

patrimônio dos acionistas, já que a maior parte das empresas do setor está na bolsa", afirma. A imagem que se viu refletida nesse espelho a partir de meados de 2012, entretanto, não pareceu auspiciosa nem para os acionistas, nem para a perspectiva de investimentos futuros. "De meados de 2012 até agora, a capitalização de mercado do setor foi reduzida em R$ 60 bilhões. Se tomássemos esse patrimônio como investimento, fazendo um cálculo simplificado, isso permitiria uma alavancagem de até R$ 140 bilhões no BNDES", diz lembrando que tal valor representa mais da metade do investimento em eletricidade estimado pelo governo no Plano de Desenvolvimento Energético 2012/21. Gattass, do BTG Pactual, reforça o diagnóstico. "Há empresas que em 2012 saíram de uma relação dívida líquida/ebtida de menos de duas vezes para cinco. Isso significa que a capacidade do setor elétrico de investir está se reduzindo no tempo, e nossa demanda de energia não está acompanhando a mesma tendência", diz.

Para os analistas, a clareza regulatória é a chave para reverter esse quadro. "O gerenciamento de expectativas é fundamental para reduzir volatilidade, risco e custo de capital", diz Prado. Fernando de Holanda Barbosa Filho, pesquisador da Economia Aplicada da FGV/IBRE, também alerta para um risco adicional: o de que a reação às manifestações populares iniciadas em junho não resultem em uma onda de congelamento de tarifas, como a ocorrida no Paraná, engendrando um perigoso

populismo tarifário. "É preciso garantir taxas de retorno conforme o investimento, caso contrário, o risco de sucateamento das operações é grande", afirma. "Não é possível investir no longo prazo sem ter garantia sobre como se dará a formação de preços no mercado de curto prazo", acrescenta Prado, indicando o vácuo deixado pela transição do modelo de cálculo do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), o preço da energia elétrica no mercado disponível. "Ficar quatro meses na incerteza me parece algo atabalhoado. Essas mudanças deveriam ter sido discutidas."

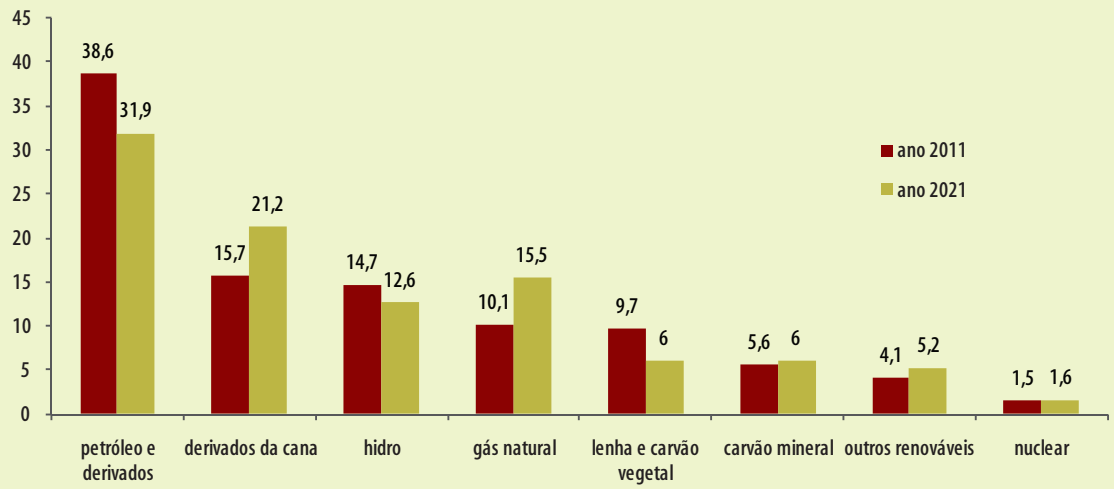
Dilema do gás

Outra preocupação demonstrada pelos analistas é a necessidade de se admitir uma maior dependência da geração térmica para garantir segurança energética.

> "Para gerar complementação com custos competitivos, seria importante contar com térmicas a carvão, mas também nucleares, aproveitando o grande potencial de reservas de urânio que temos"
>
> *Othon Luiz Pinheiro da Silva*

Para eles, a defesa do MME em concentrar 76% da expansão nas fontes hídrica, biomassa e eólica — de menor impacto e menor custo — não será suficiente. "Com a presença cada vez menor de hidrelétricas com reservatórios, e a dificuldade crescente de licenciamento ambiental de novos projetos hidrelétricos na região da Amazônia, perdemos capacidade de regularização, de estoque de energia", diz Hermes Chipp, diretor-geral do Operador Nacional do Sistema (ONS). "O aumento de fontes como a eólica é muito bom, mas precisamos das térmicas. A separação de leilões de eólica e térmicas com pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) parece que vai ao encontro dessa neces-

Matriz de oferta de energia
(em %)



Fonte: MME.

MAIS CARVÃO

A necessidade de expansão da geração térmica para garantir a segurança de abastecimento elétrico do país acendeu o otimismo dos representantes da indústria brasileira do carvão mineral. "O carvão é a fonte que mais cresceu em uso no mundo nos últimos anos e a que apresenta menor valor unitário em termos de despacho. A abertura do carvão para o leilão de 29 de agosto mostra esse reconhecimento", afirma Fernando Zancan, presidente da Associação Brasileira do Carvão Mineral (ABCM). No seminário, o executivo defendeu que há ampla margem para o país ampliar a participação do insumo sem comprometer sua liderança no uso de fontes de energia limpas e renováveis. "Não há razão técnica para não incluir mais carvão. Até a Alemanha, considerado um país ambientalmente consciente, está desativando 16 GW de térmicas entre nuclear e carvão antigo e substituindo-as por novas a carvão, inaugurando mais de 5 GW este ano", afirma.

O executivo assegura que uma sinalização positiva do governo para essa indústria poderia estimular o desenvolvimento do setor com a adoção de tecnologias que mitigassem as emissões de gás carbônico, referindo-se a um estudo de viabilidade de gaseificação do carvão nacional, processo que facilita a captura do CO_2 após o processo. No caso da geração térmica, o executivo citou o exemplo da central térmica La Pereda, na Espanha, que usa carvão misturado com biomassa, "reduzindo a emissão de CO_2 na queima, com eficiência — mesmo com um carvão mais pobre que o nosso —, e funcionando oito mil horas por ano". Zancan destaca que o carvão mineral representa 42% das reservas de energia brasileiras. "E estamos há 27 anos sem fazer pesquisa geológica no Brasil, sem verificar ocorrências como as da bacia do Parnaíba e no Acre, que devem ampliar esse número." Claudio Considera, pesquisador associado da FGV/IBRE, ainda reforçou no seminário o potencial de desenvolvimento econômico que a instalação de termelétricas poderiam representar em municípios pobres que possuem carvão mineral.



sidade", avalia, lembrando da urgência, sobretudo, de substituição das menos eficientes, como já vem ocorrendo. Isso deverá reacender o apetite do setor de carvão, mas, no curto prazo, não será suficiente para implicar uma retomada de projetos nucleares além do início de operação comercial da usina de Angra 3, previsto para maio de 2018. "Para gerar complementação com custos competitivos, seria importante contar com térmicas a carvão, mas também nucleares, aproveitando o grande potencial de reservas de urânio que temos", pondera Othon Luiz Pinheiro da Silva, presidente da Eletronuclear. Edvaldo Santana, diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), acrescenta a importância da criação de um ambiente institucional favorável para essa expansão. "Na hora que tivermos que mudar as regras do jogo, devemos garantir equilíbrio na repartição tanto dos benefícios, quanto do ônus", afirma Santana.

Joisa Campanher Dutra, coordenadora do Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura da FGV/EPGE, lembra que a expansão dessa geração tampouco está isenta de entraves. "Tivemos problemas conjunturais devido às plantas que não se materializaram no passado; outra questão é o fornecimento de gás, insumo que ainda recebe um tratamento inadequado, demandando aperfeiçoamento do marco regulatório", afirma. Ven-

tura, do MME, reconhece que o panorama para o gás natural depende de melhor expectativa quanto à quantidade e preço. "Mas estamos otimistas, graças às possibilidades de gás associado do pré-sal, bem como do gás em terra não convencional, que terá rodada licitatória este ano. Conforme os resultados, teremos uma resposta boa da oferta até o final desta década."

Para os consumidores industriais, entretanto, esse prazo soa uma eternidade frente ao ritmo de exploração do *shale gas* (conhecido aqui como gás de xisto) nos Estados Unidos. "Os preços conseguidos nessa produção são de tal forma baixos que terão influência muito grande, afetando a competitividade das indústrias como de alumínio, cerâmica, vidro, certas produções siderúrgicas, bem como fertilizantes e petroquímicos", alerta Sergio Quintella, vice-presidente da FGV. "Quando se fala nessa revolução, temos que pensar que nossa matriz energética tem que ser capaz de produzir a preços competitivos, com risco de desindustrialização prematura."

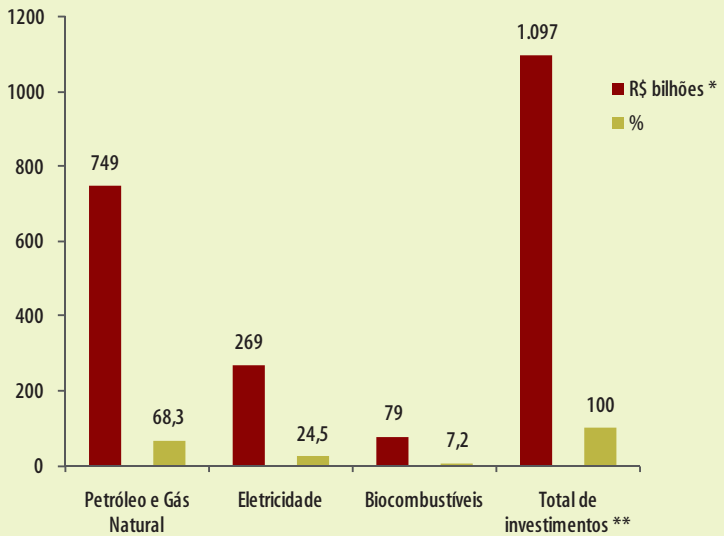
No caso da exploração brasileira de gás não convencional, Mauricio Tolmasquim, presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), vaticina que teremos que ser mais conservadores em expectativas. "Até agora, o *shale gas* é fenômeno norte-americano. Na Polônia, uma das maiores reservas do *shale gas*, sua exploração ainda é muito mais cara, quase o preço do nosso GNL", diz. "Para nós, só vale se tivermos a preços norte-americanos, e não poloneses. E ainda não dá para contar com isso."

"Nossa Lei do Gás é um grande acordo, não foi uma legislação suficientemente dirigida para um objetivo de competitividade do mercado brasileiro de gás"

Marcos Tavares

Para Pedrosa, da Abrace, o país só não pode desanimar na busca pela melhor equação possível. "O padrão norte-americano remete a um conjunto de condições regulatórias, de mercado, de capital, de infraestrutura, que nós não reproduziremos no Brasil, infelizmente. Se o preço do gás chegar a um padrão competitivo, porém, a indústria poderá responder", afirma. "Mas as decisões precisam ser tomadas agora, e a indústria competitiva de gás é um fator importante nisso. Temos que pelo menos garantir um cenário da

Investimentos em energia 2012-2021



*R$ de 2010.
**Representa cerca de 2,3% do PIB e 10,7% da formação bruta de capital fixo, ambos acumulados no período.
Fonte: PDE/2021 MME.

"Somos 'energívoros', aprendemos a usar de fora do nosso organismo. Por isso, é a reeducação energética que mostra que problemas de abastecimento também implicam novas atitudes sociais"

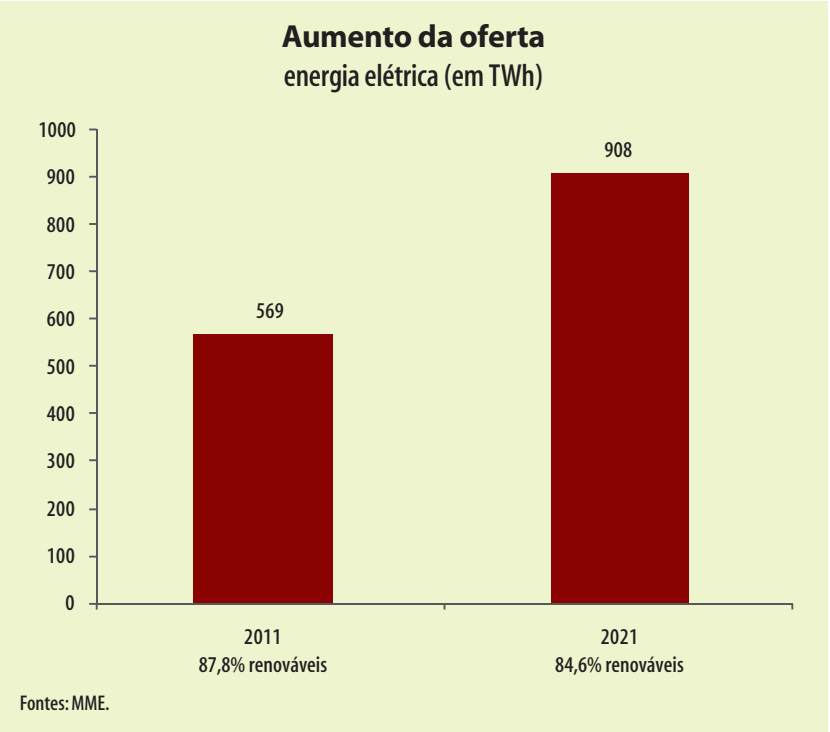
Cícero Bley Jr.

boa luta, caso a gente avance no *shale gas*, e a Argentina avance, ou a Inglaterra. Só não podemos ficar parados."

Independentemente dos resultados de explorações do gás não convencional, os especialistas apontam a necessidade da revisão das condições atuais de operação do setor de gás natural. "Hoje temos um mercado consumidor inibido, preços altos, com distribuidoras de gás trabalhando com escala pequena, e ficamos naquele dilema do ovo ou da galinha", diz Marcos Tavares, presidente do conselho de administração da Gas Energy. "Nossa Lei do Gás é um grande acordo, não foi uma legislação suficientemente dirigida para um objetivo de competitividade do mercado brasileiro de gás", avalia, lembrando que a lei, apesar de indicar a possibilidade de entrada de novos agentes na cadeia do gás natural, não foi suficiente para mitigar o monopólio de fato hoje instalado no setor. "Os prazos da Lei do Gás são lentos para dar a resposta que a indústria precisa", diz.

Apesar do contexto pouco favorável, o país conta com exemplos de reação. Em São Paulo, já existe uma estrutura desenvolvida para que as distribuidoras locais comprem gás de forma competitiva no mercado e, dessa forma, abram espaço para novos produtores. "Regulamentamos o mercado livre em 2011 e temos realizado estudos para programar o primeiro leilão de compra de gás pelas concessionárias do estado de São Paulo", diz Silvia Calou, diretora-presidente da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arsesp). "Temos mais de 200 potenciais usuários livres, e cinco comercializadores", conta.

Com a entrada de novos atores na produção e uma meta clara de desenvolvimento, Tavares defende que a indústria poderia se beneficiar desse insumo muito antes de 2025. "Poderíamos ter um *boom* de gás multiplicado por dois", diz. Um dos pontos defendidos por ele é a desverticalização do transporte, que poderia se transformar em uma oportunidade de



Fontes: MME.

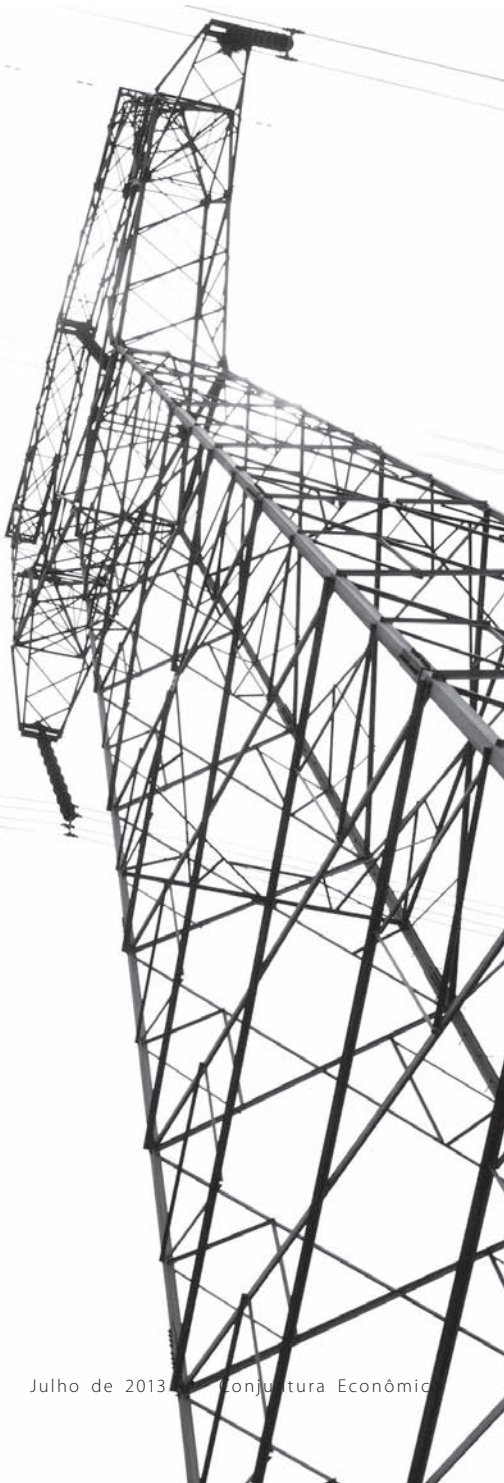
capitalização da Petrobras para a exploração do pré-sal. "O que precisamos, agora, é antecipar o futuro, para garantir ao Brasil gás acessível, abundante e confiável", reforça Pedrosa.

Diverso e eficiente

Para os analistas, o fortalecimento energético brasileiro dependerá, sobretudo, do cuidado regulatório com cada fonte, para garantir sua consolidação na matriz. Um dos exemplos de maior peso é o da biomassa de cana-de-açúcar. "Nosso potencial de geração até 2011 era de 4,15 GW, mas até 2012 só conseguimos realizar 1,4 GW", revela Zilmar de Souza, gerente de Bioeletricidade da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica). Com problemas de quebra de safra e redução do apetite dos investidores na produção de etanol, desestimulados pela política de precificação dos combustíveis, Zilmar lembra que o setor, cuja capacidade instalada supera a produção de três usinas Belo Monte, necessita de uma política de longo prazo que permita a consolidação de um mercado sustentável de bioeletricidade, etanol e açúcar.

Leonardo Calabró, vice-presidente executivo da Cogen, alerta que amadurecimento do setor implica planejamento não pode ser apenas para os grandes investimentos: "O planejamento da expansão do sistema tem de ser visto de forma mais integrada, pois cada fonte tem um benefício a oferecer." O cuidado de um ambiente com previsibilidade deve não apenas garantir uma expansão segura como estimular o desenvolvimento de tecnologias que estimulem uma nova cultura de consumo, como as redes inteligentes, que já começam a ser testadas em projetos piloto em diferentes pontos do país (ver página 38). "Não podemos pensar apenas no aumento de geração, mas também em eficiência", reforça Cícero Bley Jr., superintendente de Energias Renováveis da Itaipu Binacional. "A população está efetivamente tomando consciência de que somos seres insaciáveis sob o ponto de vista da energia. Na medida em que o Estado tem que correr atrás do suprimento sem qualquer questionamento de consumo, somos vitimados em um processo que nós mesmos armamos. Somos 'energívoros', aprendemos a usar de fora do nosso organismo. Por isso, é a reeducação energética que mostra que problemas de abastecimento também implicam novas atitudes sociais."

> "O planejamento da expansão do sistema tem de ser visto de forma mais integrada, pois cada fonte tem um benefício a oferecer"
>
> *Leonardo Calabró*





MARCO DA INCERTEZA

Volta dos leilões recoloca o Brasil no radar da indústria mundial de petróleo e gás, mas não afasta dúvidas quanto ao futuro da exploração do pré-sal

O ano de 2013 deverá ficar marcado na história do setor de petróleo e gás brasileiro. O retorno das rodadas de licitação do petróleo do pós-sal em maio, depois de cinco anos de silêncio, colocaram o Brasil de volta à mira da indústria mundial do setor. Com 142 blocos arrematados envolvendo 30 empresas de 12 países e valores recordes em bônus e investimentos, a 11ª Rodada apontou ótimas perspectivas para o crescimento da exploração no país.

Nada, entretanto, parece se comparar à expectativa gerada pelo primeiro leilão do pré-sal, marcado para outubro, em que se licitará a nova joia petrolífera brasileira: Libra, uma área de 1.548 km², em águas profundas da Bacia de Santos, no litoral fluminense. "Hoje, as reservas brasileiras de óleo e gás provadas são 18,2 bilhões de barris de óleo equivalente (boe); somente em Libra a expectativa é de oito bilhões a 12 bilhões de boe recuperáveis", comparou de Clayton Pontes, coordenador geral de Reserva, E&P de Petróleo e Gás Natural do Ministério de Minas e Energia (MME), no Seminário da FGV/IBRE sobre matriz energética. "Apesar de não serem volumes comprovados, os prospectos de todos os estudos conduzidos até agora indicam que, com o pré-sal, poderemos pelo menos triplicar as reservas provadas nacionais", afirma, destacando que somente entre 2013 e 2017 a expectativa de investimento em exploração e produção será de US$ 162 bilhões, sendo 81% aportados pela Petrobras.

Dúvidas

Especialistas reunidos no seminário avaliaram, entretanto, que essas polpudas projeções não serão suficientes para chancelar o sucesso das licitações do pré-sal, devido, sobretudo, às dúvidas quanto ao regime de partilha de produção definido em lei em 2010. "A partir deste ano testaremos o grau de atração que esse tipo de contrato tem para os investidores privados. E, ao longo do processo, passaremos a testar sua funcionalidade, ou seja, se garantirá uma boa gestão das atividades de produção e exploração", diz Luiz Gustavo Kaercher Loureiro, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília

(UNB). Loureiro destaca a importância da Petrobras, que deterá um percentual mínimo de 30% em qualquer contrato de partilha, além de ser operadora única em todos os contratos do pré-sal. "Além disso, a ainda não criada estatal Pré-Sal Petróleo (PPSA) será bastante forte do ponto de vista de decisões negociais", assegura.

Na opinião de Pontes, do MME, a forma de contratação por partilha garante oportunidades exploratórias para uma ampla quantidade de indústrias. Analistas e agentes de mercado defendem, entretanto, que o novo marco regulatório suscita insegurança, à qual se somam fatores de desestímulo à competição identificados nos parâmetros técnicos e econômicos para o leilão de Libra. O primeiro item questionado é o valor definido para o bônus de assinatura de R$ 15 bilhões, considerado alto. "O governo mudou sua percepção, priorizando a arrecadação de curto prazo", diz Edmar de Almeida, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O economista lembra que, diferentemente do contrato de concessão, em que a disputa é concentrada na oferta do bônus de assinatura, o contrato de partilha do pré-sal deveria buscar o maior retorno no excedente em óleo mínimo para a União, fixado, para essa rodada, em 40%. Ou seja, por envolver uma área de grande potencial e baixo risco, com mais segurança na recuperação dos custos, o consórcio vencedor estaria mais disposto a maximizar esse excedente. "Com esse valor de bônus, entretanto, as empresas que não tiverem caixa agora ficarão fora do jogo e, com menor interesse e competição, a produção desse excedente para o governo também poderá ser menor", avalia. "A estimativa de produção de Libra ainda não está certificada, e acho que não é assim que se faz essa conta", reforça Celso Silva, diretor de Negócios da Promon.

Excedente

Além disso, Almeida destaca a fixação de US$ 105 para cálculo do valor mínimo do excedente em óleo, "transferindo para as empresas o risco do preço do petróleo", como outro fator de alerta, bem como o estabelecimento do teto de recuperação do custo em 50% do valor bruto da produção nos dois primeiros anos e de 30% nos anos seguintes. "Estamos falando de um investimento alto — Libra é do tamanho de um país —, e fica claro que fixar teto da receita implica alongar tempo para sua recuperação", diz.

O novo marco regulatório suscita insegurança, à qual se somam fatores de desestímulo à competição identificados nos parâmetros técnicos e econômicos

Outro fator destacado no evento é o desenho da política de conteúdo local para o setor e a necessidade de reposicioná-la em bases realistas quanto à capacidade da indústria brasileira. "Não podemos transformar uma oportunidade em um problema", alerta Almeida, lembrando que a falta de lógica econômica na definição de percentuais de conteúdo nacional em compromissos já assumidos resultaram em atrasos na produção. "É algo que se deve discutir abertamente, tanto que o contrato de Libra estabeleceu um nível de 55% (até 2021) e 59% (após 2022) para a fase de produção", diz. Na 11ª Rodada, o percentual médio de conteúdo local registrado foi de 62,3% para a fase de exploração e de 75,96% para a fase de desenvolvimento.

O economista da UFRJ defende que uma política adequada do setor deve permitir uma especialização progressiva nos produtos e serviços em que o país comprove competitividade. "Temos que levar essa política para uma fase superior à que temos. Uma sugestão da indústria que me parece interessante é dar o direito de abatimento do percentual de conteúdo às empresas que importem do Brasil para abastecer suas operações no exterior", exemplifica. "Isso incentivaria as empresas locais a exportar, e não há empresa competitiva que não exporte." (S.M.)



Elétricas inteligentes

A adoção de redes inteligentes de energia poderá dar nova cara ao setor elétrico, alterando, inclusive, a maneira como consumidores utilizam o serviço

Kalinka Iaquinto, do Rio de Janeiro

A forma como o brasileiro entende e utiliza a energia elétrica deverá sofrer mudanças em um futuro próximo. Isso porque o país, a exemplo do que já vem ocorrendo em âmbito mundial, tem investido em experiências de redes elétricas inteligentes. Conceito ainda novo, essas redes (do inglês *smart grid*) pretendem aplicar tecnologia da informação ao sistema elétrico, integrando-o aos sistemas de comunicação e à infraestrutura de rede já existente para dar mais celeridade, eficiência e transparência a todas as etapas do processo energético — da geração ao consumo —, ponto em que as modificações serão mais sentidas, asseguram especialistas. Isso porque a adoção do novo modelo dá maior protagonismo ao consumidor, pois o torna consciente da utilização do serviço e, consequentemente, do seu gasto com energia elétrica. Contudo, em linhas gerais, todo o sistema será alterado e, para tanto, discussões acerca da regulação e da capacidade tecnológica do país vêm à tona.

"As redes elétricas inteligentes revolucionam a maneira como a energia elétrica nas casas é distribuída. As pessoas vão poder controlar muito melhor o consumo, já que o sistema permite uma forma diferente de tarifar o serviço", destaca Maurício Canêdo, pesquisador da área de economia aplicada do Instituto Brasileiro de Economia (FGV/IBRE), ao exemplificar que pessoas que possuem sistemas de captação de energia eólica ou solar em suas casas poderão ter descontos nas tarifas ou repassar a energia acumulada para terceiros, denominada microgeração ou geração de pequena escala.

Controle

Sabendo quanto consome e em que períodos, espera-se que o usuário controle seus gastos, adaptando-o a horários de menor demanda, quando as tarifas são mais baixas. "Isso começa a ser testado no próximo ano, com a tarifa branca, que vai variar ao longo do dia, e com

as bandeiras tarifárias. Em minha opinião, são avanços importantes para sinalizar ao consumidor o real custo da energia", diz Máximo Luiz Pompermayer, superintendente de Pesquisa e Desenvolvimento da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Hoje, o consumidor de baixa tensão paga uma única tarifa ao longo do dia, da semana, do mês, quando na verdade esses custos variam durante cada período. "O consumidor vai poder gerenciar muito melhor o uso final de energia e isso se converte, automaticamente, em melhoria da eficiência energética", completa o superintendente.

A busca pela eficiência energética irá alterar também a forma como as empresas de eletricidade lidam com os problemas na rede. Levantamento do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), mostra que de cada cem quilowatts (kW) de energia elétrica produzida no país, 15 kW se perdem entre a geração e o consumo — técnicas e não técnicas, os conhecidos "gatos" —, mais que o dobro da média mundial, de até 7%. Estudiosos acreditam que a simples troca dos atuais medidores pelos chamados medidores inteligentes — que transmitem, via cabos de fibras óticas ou sistema *wireless*, dados para as companhias —, reduzirão significativamente essas perdas.

"Com a adoção dessas redes, o sistema pode melhorar muito. Ele pode ter aumento de capacidade de resposta a situações de estresse, que poderiam evitar interrupções simplesmente com um volume de resposta do consumidor", ressalta Joisa Campanher Dutra, coordenadora do Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV/EPGE).

Mais que isso, o novo modelo terá impactos ambientais significativos. Luiz Maurer, especialista em energia do Banco Mundial, destaca relatório da Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês), divulgado em 2012, que indica que dois terços do total de emissões de gás carbônico que se espera registrar no mundo até 2015 deverão vir do setor energético, sobretudo da geração e do consumo. "Por isso, o estímulo de concessionárias na adoção de alternativas tecnológicas que melhorem a eficiência do consumo tem importância destacada, e as redes inteligentes são uma delas", afirma.

DA TEORIA À AÇÃO

Em meio a discussões sobre ajustes estruturais e regulatórios, o país vai traçando, via projetos piloto, os moldes para a expansão desse novo modelo. Hoje já existem diversas experiências em prática, das quais as mais relevantes estão em Sete Lagoas (MG), Aparecida (SP), Búzios (RJ), Rio de Janeiro (RJ) e Parintins (AM). Contudo, um ganho de escala deve ser obtido com o projeto piloto que está sendo adotado em Barueri (SP), na região metropolitana de São Paulo.

A iniciativa da AES Eletropaulo sai da linha de testes tecnológicos, passando para a funcionalidade das redes inteligentes: serão beneficiados 60 mil clientes, cerca de 250 mil famílias. Trata-se do investimento de R$ 72 milhões — outros R$ 220 milhões já foram aplicados em inovações na rede elétrica de 2010 a 2012. A ideia é que, até 2015, a rede integre comércio, indústrias, prédios públicos e residências. "Levaremos à população energia segura e já nos padrões de um novo modelo de distribuição de eletricidade", informa Sidney Simonnagio, vice-presidente de Operações da empresa. Ele acrescenta que, se forem obtidos resultados positivos, o modelo possa ser estendido a outras cidades, entre as quais a capital paulista.

Inovação

Atrelado ao conceito de redes elétricas inteligentes, está a ideia de um *upgrade* tecnológico. Ponto que evidencia a importância do país investir mais em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, tendo como viés principal a inovação.

"Sem dúvida é importante investir mais do que investimos hoje em inovação tecnológica, pesquisa e desenvolvimento. Mas, sobretudo, é importante que a gente consiga direcionar os recursos para reduzir essa dependência tecnológica que há no setor de energia elétrica", pondera Máximo Pompermayer, superintendente da Aneel. "Investimos razoavelmente bem

> "O grande desafio do sistema é trazer a evolução que vemos na geração e na transmissão desde a década de 1990 para o segmento de distribuição"
>
> *Pedro Jatobá*

nessa área, mas de forma mais acadêmica, sem muito foco na melhoria da produtividade, da agregação de valor", completa.

Nesse sentido, os especialistas concordam que o recentemente lançado Inova Energia, do governo federal, pode dar impulso a mudanças. "Não teremos de largada soluções 100% nacionais. O que queremos é ter no Brasil a capacidade de, tecnologicamente, poder resolver os desafios da implantação do *smart grid*. E o Inova Energia está entrando para acelerar esse processo", avalia Alexandre Velloso, chefe do Departamento de Energia e Tecnologias Limpas da Agência Brasileira da Inovação (Finep).

Lançado dentro do programa Inova Empresa, o Inova Energia conjuga R$ 3 bilhões advindos da Finep, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Aneel, em financiamentos de projetos da área, especialmente redes elétricas inteligentes. "O Inova Energia não cria nenhum instrumento novo. Ele é apenas uma porta de entrada única para esses projetos", explica Velloso.

Mudanças

O sucesso das redes inteligentes implica algumas mudanças culturais, estruturais e legais. "O grande desafio do sistema é trazer a evolução que vemos na geração e na transmissão desde a década de 1990 para o segmento de distribuição", avalia Pedro Jatobá, presidente da Associação de Empresas Proprietárias de Infraestrutura e de Sistemas Privados de Telecomunicações (Aptel). E aponta duas soluções: a medição inteligente, no caso em que as empresas distribuidoras de energia verifiquem que as perdas são o principal problema, e a automação, quando o foco é a qualidade da energia. "As empresas farão suas escolhas em função de suas necessidades, mas acabarão convergindo porque após fazer o primeiro investimento, o diferencial para o segundo será menor, já que a empresa teve de investir em toda a estrutura de informação e comunicação associada", completa Jatobá ao ponderar que um dos entraves ao maior avanço está na regulação dessas modificações.

O dirigente destaca que o impasse para a modernização do segmento de distribuição está justamente no processo regulatório que, diferente dos segmentos de geração e transmissão, não é bem regulado. "O concessionário teme por qualquer coisa que esteja fora do manual porque não sabe como o regulador vai encarar isso", diz. Na análise de Jatobá é preciso incorporar a questão da revolução tecnológica dentro da própria regulação, a exemplo do que foi feito em outros países. "É necessário abrir espaço para que os concessionários proponham a modernização e negociem com o regulador como será o ressarcimento desses investimentos", sugere.

"A questão é muito mais do ponto de vista do arranjo dessa questão", rebate Máximo Pompermayer. Para o superintendente da Aneel, há, por parte do regulador, a preocupação com a dependência tecnológica que vem atrelada ao conceito de redes inteligentes. "A gente vai ter uma rede elétrica com essa nova configuração e precisa discutir em que velocidade isso vai se dar, qual o melhor arranjo e como se compartilham os custos e benefícios dessa rede. Porque será uma rede desenvolvida com múltiplos interesses, vários atores, e se isso não for muito bem articulado, podemos ter a balança pendendo mais para um lado do que para outro. Precisamos encontrar o equilíbrio entre todos os atores", destaca.



ECONOMIA:
Quanto mais você aprende,
mais simples ela parece.

Mestrado Profissional em Finanças e Economia*

Inscrições a partir de 29 de julho de 2013 www.fgv.br/eesp *Ao final do curso, o aluno escolhe uma área: Finanças ou Economia.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
EESP
Escola de Economia de São Paulo



Desatando nós

Kalinka Iaquinto, do Rio de Janeiro

O Brasil tem um ambiente no qual a indústria cresce pouco, a poupança interna é baixa, o PIB tem sido constantemente revisado para baixo, os índices de inflação se mantêm altos, a carga tributária é elevada e a qualificação fica aquém dos indicadores internacionais, isso, conjugado a níveis de desemprego cada vez menores e ao salário real que, ao longo dos anos, vem apresentando crescimento. Tal cenário propicia um debate frequente: como está a competitividade do país diante de outros mercados e, mais que isso, como está a capacidade para atender às necessidades internas?

Esses pontos foram discutidos por especialistas no seminário "Os desafios da competitividade", promovido pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (IBRE/FGV), em 28 de junho. Apesar de divergências pontuais, os participantes concordam que muitos são os fatores que precisam ser mais bem observados para que o Brasil possa alcançar o mesmo patamar de economias semelhantes no quesito competitividade: da produtividade à qualidade da carga tributária, passando por um foco mais específico das políticas econômica e industrial.

"No Brasil temos um *mix* de política com um olho para a Europa, onde os países gastam muito com o social. Queremos ser como os europeus, mas não temos a mesma produtividade que eles, aí queremos tributar para gastar como eles. Ou seja, são necessários tributos mais elevados, coisa que a nossa produtividade não comporta", destacou Mansueto de Almeida, economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ao lembrar que isso significa perda de competitividade para a indústria, para a economia e para qualquer setor que seja mais aberto à competição internacional. "Para eu não matar esses setores e tornar o modelo viável, aumento a proteção", ressaltou,

resumindo um pouco parte da atual política adotada pelo governo federal.

Na análise dos especialistas, essa não é a melhor saída já que tira o país da rota da concorrência e, consequentemente, da rota de competitividade. "Estamos no caminho de políticas fracassadas. Se o mote é inovar para competir, vamos cometer só erros novos em política industrial", ressaltou Maurício Canêdo, pesquisador da Área de Política Econômica Aplicada do IBRE. "Esse tipo de política industrial se mostrou inadequado num contexto em que as cadeias de valores estavam mais contidas nos países. Se foi inadequada na década de 1960, imagina agora com as cadeias globais. A cadeia toda fragmentada e querem que o Brasil produza todos os elos?", provocou.

> "A economia está trabalhando muito abaixo da sua fronteira de possibilidade de produção, definida em termos de melhores práticas"
>
> *Edmar Bacha*

A tendência de decomposição das cadeias também foi lembrada por Otaviano Canuto, assessor sênior do Banco Mundial para os BRICS. O economista destacou que, se por um lado o novo modelo pode beneficiar países pequenos e de baixa renda – já que podem ser inseridos em segmentos intensivos em mão de obra não qualificada –, por outro, neles o progresso só pode ser alavancado mediante escalada na cadeia de valor, processo que não se dá de maneira fácil, inclusive em países cujas economias são mais sólidas, como é o caso do Brasil. "Os custos para essa integração são mais altos, a atratividade e a perspectiva de dinamismo no futuro, menores. Tem de haver conectividade do ponto de vista da infraestrutura física, mas também do aparato regulatório", ponderou.

Outro empecilho apontado pelo assessor do Banco Mundial é a lentidão com que a produtividade do trabalho evolui no Brasil. "Isso se expressa como resultado de combinação de salários reais crescendo acima da produtividade e a explosão dos custos trabalhistas industriais, acentuadamente a partir da entrada em cena dos mecanismos de indexação do salário a partir do PIB de dois anos anteriores", avaliou.

Aparentemente na contramão do que vem acontecendo, o economista Samuel Pessôa, pesquisador associado do IBRE, defendeu que o Brasil poderia se espelhar no modelo australiano, que conjuga baixa taxa de poupança e elevado consumo. Em um cenário industrial desfavorável, a saída estaria à margem do fortalecimento do setor manu-

Produção Industrial



Fonte: IBRE/IBGE.

fatureiro, favorecendo a importação de poupança externa via bens e serviços. Na opinião dele, para tanto o país necessita de uma institucionalidade que permita viver bem com elevados déficits de transações correntes, o que pressupõe política fiscal em ordem, câmbio flutuante, liberação da conta de capital e regras que estimulem a tomar para si a dívida externa em moeda local. Isso é possível? Para Pessôa, sim, mas exigiria do país mais rigor na disciplina institucional. "Nesse aspecto, nos últimos cinco anos, a gente andou para trás", destacou.

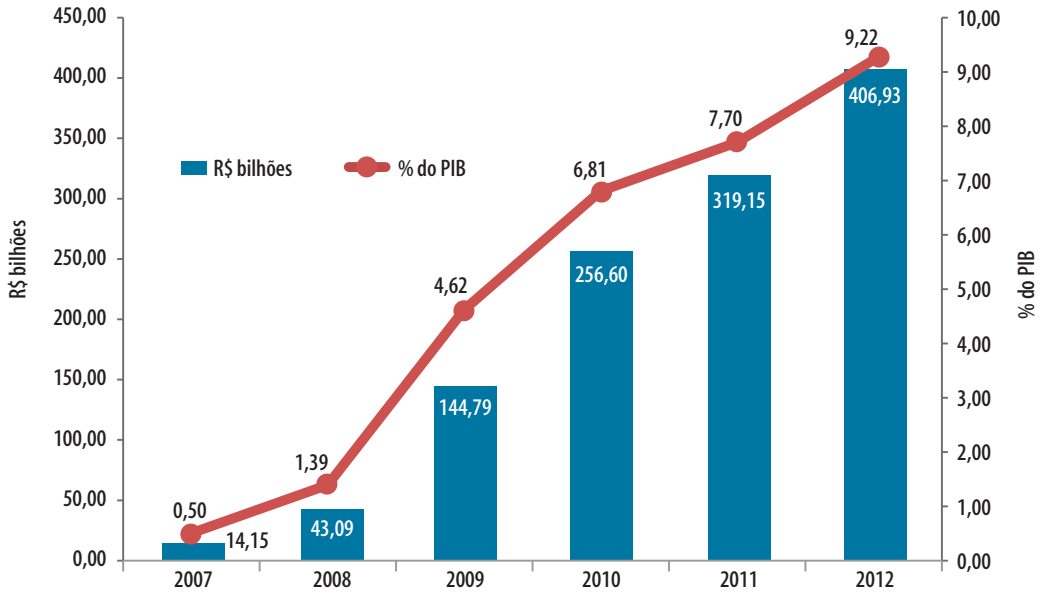
> "Um dos grandes desafios da competitividade é a questão da taxa de investimento. Sem investimentos em capital, em inovação, não há ganhos de produtividade"
>
> *Renato da Fonseca*

Marcha lenta

"A economia está trabalhando muito abaixo da sua fronteira de possibilidade de produção, definida em termos de melhores práticas", destacou Edmar Bacha, diretor do Instituto de Estudos de Política Econômica da Casa das Garças (Iepe), ao lembrar que no fim da década de 1990 o Brasil trabalhava a 50% da capacidade possível em relação às melhores práticas de produtividade do mundo. "A questão é: por que não chegamos lá?", questionou, e sugeriu uma saída: o foco deveria estar em por que o Brasil é tão pouco produtivo em relação ao que podia ser, dada a dotação de fatores, e dado o estoque de capital, educação e infraestrutura. "Para mim, a chave é a concorrência. Talvez devêssemos mudar e falar sobre os desafios de tornar esse país mais concorrencial, pois assim vamos adquirir competitividade", defendeu.

Fato é que pesquisas diversas colocam o Brasil em maus lençóis em comparação com o desempenho de países com renda e economias semelhantes. Renato da Fonseca, gerente-executivo de Pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), apresentou resultados de um levantamento da instituição na qual, em um *ranking* de 14 países, dos oito itens analisados – disponibilidade do custo da mão de obra, dispo-

Empréstimos Tesouro Nacional a Bancos Públicos – R$ bilhões e % do PIB



Fonte: Banco Central.

nibilidade de custo do capital, infraestrutura e logística, peso dos tributos, ambientes macro e microeconômico, educação, tecnologia e inovação –, o Brasil aparece entre os piores colocados em seis. Na pontuação geral o Brasil ocupa a 13ª posição, à frente apenas da Argentina e atrás de México, Colômbia, Rússia e África do Sul. "Somos um dos primeiros na disponibilidade de mão de obra, mas o último em termos do custo dessa mão de obra, isso devido ao alto peso dos salários e da baixa produtividade", destacou. Segundo ele, um ponto a ser observado é que a estabilidade macroeconômica não é suficiente para o crescimento, mas é importante, sobretudo, para o aumento do investimento. "Um dos grandes desafios da competitividade brasileira é a questão da taxa de investimento. Sem investimentos em capital, em inovação, não há ganhos de produtividade", ponderou.

Outro entrave ao investimento é, de acordo com os especialistas, a insegurança jurídica que acompanha o arcabouço legal e regulatório do país. José Augusto Fernandes, diretor-executivo da CNI, destacou que o excesso de regras conduz a um sistema anômico, afetando decisões de empresas e investidores. "Essa anomia conduz ao aumento de custos de transação, obstáculos ao investimento, insegurança jurídica e riscos de passivos inesperados", destacou. Ainda segundo ele, alguns pontos deveriam ser observados e alterados: o conflito de competência entre as esferas dos poderes administrativos, a lentidão de decisões do Judiciário, o crescente papel do Poder Judiciário como legislador, a desconsideração da pessoa jurídica na legislação brasileira e o poder excessivo do regulador.

Nesse contexto, passo que parece ter sido acertado é a nova Lei dos Portos. Na análise do economista Eduardo Augusto Guimarães, ex-secretário do Tesouro Nacional e ex-presidente do IBGE, o fato de o governo ter "reescrito" a lei anterior, tirando diversas impreci-

Em busca da inovação

Especialistas concordam que ganhos em termos de produtividade e competitividade estão acompanhados de políticas que incentivem a inovação. Para Fernanda De Negri, diretora de Estudos Setoriais do Ipea, inovar é fator determinante para a expansão da presença do Brasil em outros mercados. Dados do instituto mostram que empresas inovadoras têm 16% a mais de chances de exportar, gerando postos de trabalho de melhor qualidade e pagando salários 23% superiores à média da indústria. Apesar disso, as empresas ainda investem pouco. Os gastos com pesquisa e desenvolvimento empresarial em relação ao PIB, entre 2005 e 2008, aumentaram: passaram de 0,49% para 0,53%. Contudo, essa subida de 0,04 p.p. é ínfima perto de 0,013 p.p. dos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) no mesmo período.

"Se olharmos para o resto do mundo, nossa distância ainda é igual. Tivemos uma evolução em relação ao nosso passado, mas não em relação aos demais países", ressaltou ao destacar o papel do Inova Empresa, "programa que trará maior volume de recursos para as políticas públicas". Contudo, existe um porém: "Nossa política tecnológica está apontando na direção certa, mas não adianta apenas isso se os outros fatores sistêmicos não estiverem ajudando e a política industrial estiver apontando para outro lugar, de menos concorrência e mais proteção".

Cenário semelhante ocorre nos meios acadêmicos. Apesar de o Brasil estar investindo mais recursos em educação, a análise de especialistas é que no caso específico de produção científica e tecnológica ainda é necessário dar passos mais ousados. Cláudio Frischtack, presidente da Inter.B Consultoria Internacional de Negócios, defende a necessidade de levar às empresas os mestres e doutores, já que a maioria se concentra no meio acadêmico, e analisar o volume de recursos destinados à pesquisa. "Avançamos do ponto de vista da ciência, mas avançamos muito pouco do ponto de vista da inovação nesses anos. Qual a produtividade dos recursos gastos em inovação e ciência? Nossa produtividade é muito baixa", disse ao destacar que a produtividade científica mundial tem média de 60% e 40% na fronteira.

sões jurídicas irá contribuir para que a retomada de investimentos no setor aconteça. "Pena que num contexto muito mais desfavorável do que se tinha anteriormente, mas de todo modo aparentemente parece que avançamos", disse.

Avanços pontuais à parte, a avaliação geral é de que o cenário não é dos melhores. "Se o quadro é ruim, a perspectiva também não é boa", resumiu Regis Bonelli, pesquisador da área de Economia Aplicada do IBRE e organizador do evento, ao destacar a importância das transformações ocorrerem na mesma velocidade das verificadas em ambientes competitivos.

> "Desonerações concedidas de forma desordenada resultaram em créditos tributários crescentes e há uma tendência cada vez maior de cumulatividade do sistema tributário"
>
> *José Roberto Afonso*

Mudanças urgentes

Apesar das diversas opiniões, há unanimidade quando se fala que reformas precisam ser feitas e em ritmo acelerado. O governo precisa reagir com mais celeridade e foco para solucionar os problemas já identificados. "No final de 2012 cresceram as preocupações com competitividade e produtividade, mas não a ponto de impactar a estratégia", destacou Sandra Polónia Rios, diretora do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (Cindes).

"São tantos desafios que é difícil apontar um só. Temos de pensar em um aparato institucional que gere uma discussão em torno de que reformas são realmente relevantes", analisou Fernando Veloso, pesquisador da área de Economia Aplicada do IBRE, ao lembrar que as microrreformas feitas nas décadas de 1990 e 2000 – Lei de Falências, a expansão da taxa de juros, o crédito consignado pessoal e lei de alienação fiduciária –, facilitaram e ampliaram o acesso ao crédito, porém não alteraram o ambiente de negócios. "Esse é o problema. Em algum momento a gente vai ter que enfrentar o fato de que o problema é sistêmico."

De fato, de 2003 para cá o crédito no país sofreu uma grande expansão. O saldo em relação ao PIB passou de aproximadamente 25% para 54,7%. Contudo, de 2009 até agora se observa um aumento bastante significativo da participação dos bancos públicos na concessão do crédito. "Até 2005, cerca de 60% do crédito do Brasil era proveniente de instituições privadas, com empréstimos do Tesouro Nacional para os bancos públicos na casa dos 0,4 do PIB. A partir de 2007, isso mudou e verificam-se sucessivas operações de emissão de dívida pelo Tesouro a fim de fortalecer os bancos públicos", exemplificou Mansueto de Almeida, do Ipea. E alertou: "O Brasil voltou a utilizar bancos públicos como fonte de financiamento. Concretamente não vejo qual o benefício dessa opção. Isso não leva a um maior crescimento nem ao aumento da produtividade", destacou ao explicar que ao criar poupança para esse novo papel dos bancos públicos, tem-se uma expansão considerável da dívida, o que irá diminuir a capacidade do país de reduzir o pagamento de juros. "Apesar disso, a taxa de investimento continua baixa e no curto e médio prazo não há alternativa senão aumentar o déficit de conta-corrente para crescer mais", destacou.

"Conseguimos piorar o que já era muito ruim e conseguimos acrescentar novos problemas", avaliou José Roberto Afonso, pesquisador do IBRE. Para o economista, velhas distorções do sistema precisam ser alteradas. "Desonerações concedidas de forma desordenada resultaram em créditos tributários crescentes e há uma tendência cada vez maior de cumulatividade do sistema tributário", apontou. Como mudar isso? "Primeiro precisamos atualizar nossos diagnósticos. Abandonar a ideia de reforma fatiada sem visão estratégica, e adotar, sim, mudanças graduais, mais consistentes. É preciso nos prepararmos para construir um novo sistema tributário. Esse sistema está tão ruim que não adianta reformar. Esses novos problemas que surgem são efeitos colaterais de medidas muito bem intencionadas que surgem justamente para reformar o sistema", concluiu.



Deixe o MBA que é referência falar por você.

MBA FGV

PRESENCIAL • ON LINE • CUSTOMIZADO

www.fgv.br/mba

Fervura por trás da acomodação?



Thais Thimoteo, do Rio de Janeiro

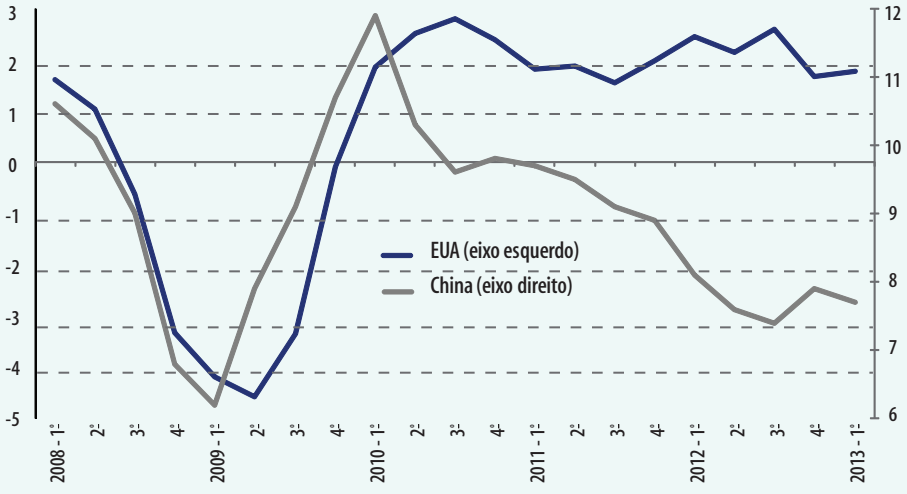
O cenário econômico brasileiro que já não era dos mais promissores para 2013, ficou ainda mais conturbado. O fraco crescimento de 0,6% do PIB no primeiro trimestre deste ano em comparação ao anterior jogou ainda mais água nas expectativas e fez com que a equipe de analistas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV/IBRE) revisasse seus números para baixo. Fechado o ano, a economia brasileira deve crescer 2,3%, ao contrário dos 2,7% estimados no início de 2013, e a inflação deve bater os 6,1% contra os 5,8% divulgados em março. Para 2014, a previsão do IBRE para o crescimento do PIB é de 2,6%. Recentemente, o Banco Central seguiu o movimento de queda das consultorias financeiras e também rebaixou suas projeções para este ano. Segundo Relatório Trimestral de Inflação do BC, o PIB deste ano deve crescer 2,7% e não mais 3,1%, como anunciado anteriormente. No curto e médio prazo, a tendência, conforme apontou Armando Castelar, coordenador da área de Economia Aplicada da FGV/IBRE, com base em pesquisas do Instituto, é de acomodação do crescimento, com marginal piora. "O PIB está acomodando num patamar de 2%, a inflação em torno de 6% e o déficit em conta-corrente ficará por volta dos 3%. Essa acomodação é vista nos indicadores de confiança do empresariado medidos nas Sondagens do IBRE. Cresceremos pouco em 2013 e 2014, mas com o mercado de trabalho surpreendentemente comportado", disse Castelar durante o segundo seminário trimestral de Análise Conjuntural do IBRE do ano, realizado no último dia 17 de junho, na sede da FGV no Rio de Janeiro.

O fato, porém, é que esse cenário morno pode entrar em ebulição caso haja uma piora do panorama econômico externo. Prejudicado pela já sinalizada desaceleração da economia chinesa e, somado a isso, a possibilidade de um ajuste gradual na economia norte-americana que, segundo José Júlio Senna e Silvia Matos, pesquisadores da Economia Aplicada que também integraram a mesa de debates do evento, têm grandes chances de acontecer, o Brasil pode ter um desempenho ainda menos promissor nos próximos anos. "Grande parte da preocupação com os emergentes, particularmente o Brasil, tem a ver com uma combinação de fatores bem desfavoráveis: uma perspectiva de recuperação do PIB dos Estados Unidos perto de 2% ao ano (fato que impacta na perda de mercados para o Brasil caso o país não consiga sustentar os preços de produtos exportados, com o câmbio desvalorizado), junto com uma desaceleração significativa da economia chinesa, que por sua grande demanda de *commodities* afeta todos os emergentes", disse Senna, coordenador do Centro de Política Monetária do IBRE, ao destacar que a China pode começar a importar menos devido à queda em seu crescimento que pode estar atrelada à diminuição da produção industrial e das vendas no varejo. Silvia prevê que o PIB da segunda maior economia mundial cresça abaixo dos 7,5% no ano que vem. "Esse número está ficando mais factível e sabemos que isso trará efeitos no comércio internacional e no preço de nossas *commodities*", salienta. "A economia internacional como um vulcão meio adormecido voltou a soltar, por enquanto, só fumaça, mas estão todos assustados com a possibilidade dessa fumaça virar lava", completa Castelar.

> **"O PIB está acomodando num patamar de 2%, a inflação em torno de 6% e o déficit em conta-corrente ficará por volta dos 3%. Essa acomodação é vista nos indicadores de confiança do empresariado medidos nas Sondagens do IBRE"**
>
> *Armando Castelar*

No ambiente doméstico, outras questões, não menos importantes, também jogam contra uma possível guinada do crescimento brasileiro. Castelar vai direto

Taxas de crescimento do PIB (YoY) - EUA e China
(dados trimestrais e dessazonalizados – em %)



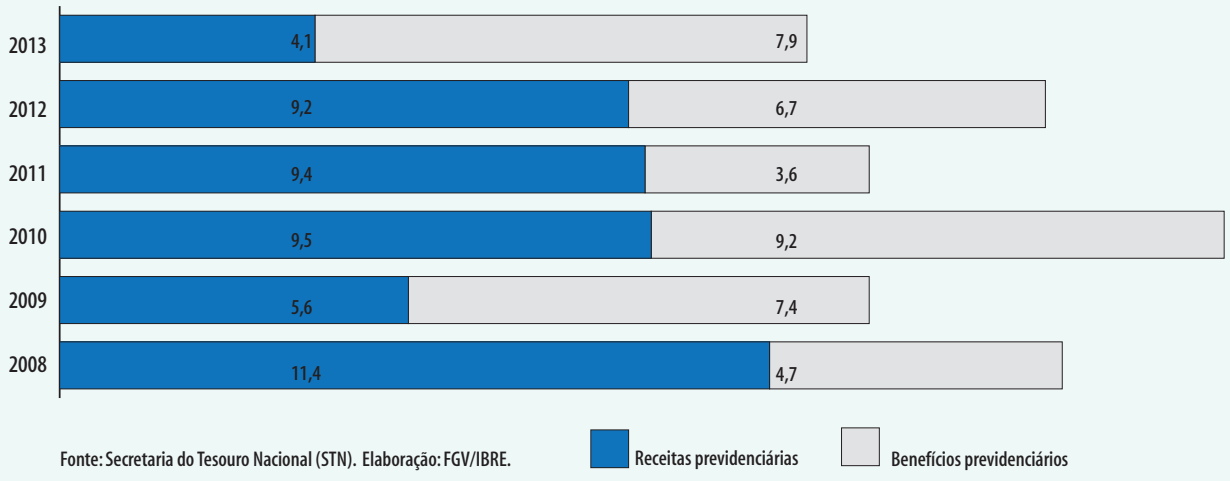
Fontes: Fed, Bloomberg.

ao ponto e indaga: em que medida o crescimento vai continuar tão gradual num cenário de juros baixos, política fiscal expansionista e crédito público a patamares altos?"

"Os graus de liberdade da política econômica estão ficando cada vez mais apertados. Se não conseguirmos crescer mais que 2% e continuarmos com a inflação no limite da meta há pouco o que mexer, pouco a ser feito", pondera Senna, ressaltando: "Percebemos a rapidez com que a Selic caiu no Brasil, sinal que temos uma política monetária fortemente expansionista. Do lado fiscal, a piora dos resultados primários sinaliza a mesma direção. Essas políticas expansionistas refletem nossas fragilidades e acabam resultando em altas taxas de inflação independentemente do que acontece em termos de choque". Outro alerta dado pelo especialista tem relação com os novos indícios, mais informais e menos transparentes, de mudança no posicionamento do Banco Central brasileiro nos últimos meses, fato que interfere no comportamento do mercado quanto à situação macroeconômica do país. Para ele, o BC precisa ser mais incisivo em suas decisões. Quando há sinais de aperto monetário, existem também temor e contenção de reajustes de preços, o que ajuda a frear a inflação. "Curiosamente, estamos de volta à discricionalidade. Os primeiros sinais de mudança na política monetária não estão vindo dos documentos formais. Por isso, acreditem nos sinais informais, como a indicação de aceleração no ritmo de alta da Selic feita por um diretor do BC que, inclusive, foi reforçada em discurso do presidente do banco no Senado Federal e, mais tarde, comprovada quando a taxa básica subiu 0,25% em maio. Esqueçam a ata de reunião do Copom, a coisa está ficando mais improvisada", avisa Senna. Silvia concorda com o economista quando

> **"Os graus de liberdade da política econômica estão ficando cada vez mais apertados. Se não conseguirmos crescer mais que 2% e continuarmos com a inflação no limite da meta há pouco o que mexer, pouco a ser feito"**
>
> *José Julio Senna*

Desoneração da folha de pagamentos já afeta déficit previdenciário
(Resultado similar ao de 2009)
Taxa de crescimento real das receitas e despesas previdenciárias
Acumulado até abril para cada período



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Elaboração: FGV/IBRE.

ele ressalta o *trade-off* entre baixo crescimento e alta inflacionária e diz que hoje o país não tem espaço para reagir diante dessas políticas anticíclicas. "Fazendo as contas, parece que nosso potencial de crescimento está pior este ano, o que seria um fator adicional de preocupação. Além disso, outros países da América Latina estão com maior margem de manobra, com a inflação a patamares mais baixos", destaca a coordenadora técnica do Boletim Macro IBRE.

> **"Fazendo as contas, parece que nosso potencial de crescimento está pior este ano, o que seria um fator adicional de preocupação. Além disso, outros países da América Latina estão com maior margem de manobra, com a inflação a patamares mais baixos"**
>
> ***Silvia Matos***

E essa margem de manobra fica ainda mais apertada no campo da política fiscal brasileira. Embora a meta cheia do governo para o superávit primário deste ano seja de 3,1% do PIB e haja uma preocupação do Planalto em ser mais duro com a política fiscal, uma análise do IBRE prevê um número bem menor e ainda mostra queda importante de 2012 para 2013. Eliminando receitas transitórias como dividendos, concessões e outorgas, o superávit primário federal deve cair para 1,4% este ano, ante os 1,7% do ano passado, e ficar em 1,2% em 2014. Isso porque além do crescimento morno da economia, observa-se desde 2012 uma forte desaceleração na arrecadação das receitas tributárias que tem tido desempenho tão fraco quanto à época da crise, em 2009. Silvia explica que a desaceleração das receitas obtidas pelo pagamento de impostos e contribuições é fruto, principalmente, das inúmeras desonerações anunciadas pelo governo, o que já tem afetado, inclusive, o déficit previdenciário. "Esse ano já começou muito ruim, com uma grande diferença entre despesas e receitas. Agora, o problema aumenta porque estamos tendo uma pressão importante no déficit da previdência, algo novo no nosso radar, por conta das desonerações da folha de pagamentos. Se o mercado de trabalho não crescer mais do que tem crescido, a renda se manter a patamares menores do que nos últimos anos e houver a manutenção da desoneração e da regra de reajuste de salário mínimo, a discussão de como vamos financiar os benefícios da previdência virá mais cedo do que imaginamos", destacou Silvia.

Uma amostra de que há um menor potencial de crescimento brasileiro, mesmo com perspectiva de melhora, é vista nos resultados do Índice de Desconforto Econômico, novo indicador da FGV/IBRE composto pela taxa de inflação e desemprego e o aumento da renda real. De acordo com Regis Bonelli, organizador do seminário e pesquisador da Economia Aplicada, a ideia é a de que quanto maior o rendimento real menor o desconforto econômico e quanto maior o desemprego e a inflação, maior o desconforto. "A tendência nos últimos cinco anos é de redução desse desconforto econômico, porém, se olharmos em bases trimestrais notamos uma elevação desse desconforto no final da série, no primeiro trimestre de 2013, devido, principalmente, à redução da taxa de rendimento real dos trabalhadores que caiu de 4%, em 2012, para 3% na média móvel de 12 meses fechado no último mês de abril. No entanto, há possibilidade de recuperação no segundo trimestre", suaviza.

Apesar das projeções não muito otimistas dos analistas, a equipe de economistas do IBRE acredita que esse não é o fim da fase de aceleração da economia brasileira. "Será que realmente essa fase terminou? Não, mas o horizonte não é muito brilhante como poderíamos imaginar", afirmou Bonelli destacando que o desempenho da economia está muito amparado no crescimento do setor de serviços que cresceu 1,7% em quatro trimestres enquanto a indústria vem sendo deficitária desde 2012. Do lado da demanda, outra boa notícia é a de a tendência de melhora gradual da taxa de investimento deverá se manter em 2013. De acordo com o Indicador Mensal do Investimento (IMI) publicado no Boletim Macro IBRE de junho, o carregamento estatístico para este ano é de crescimento de 4,4%. Mas, analisando de perto os investimentos feitos pelo governo, se percebe que ele não foca o suficiente onde deveria. É baixíssimo o volume de investimentos públicos em infraestrutura, pilar importante para o crescimento sustentável do

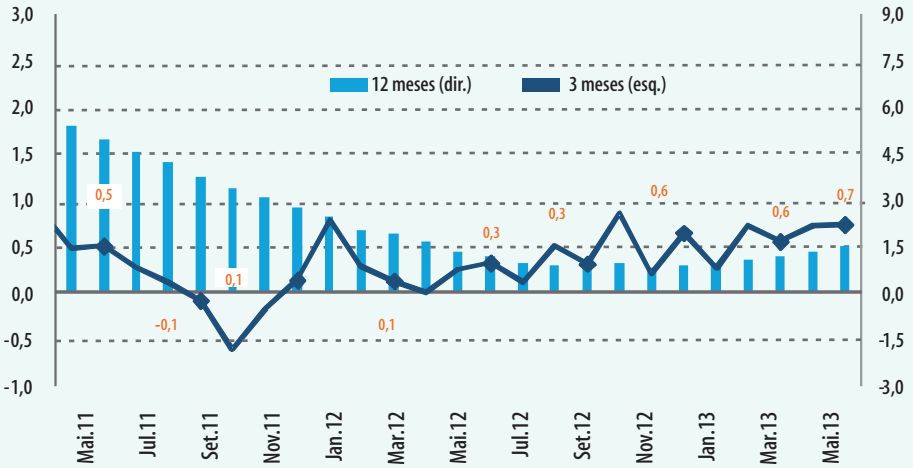
país. Silvia salienta que mesmo com a estabilidade no investimento público federal, que tem subido nos últimos meses, o investimento em infraestrutura, como proporção do PIB, infelizmente se contraiu entre 2012 e 2013. "Até o momento, só se gastou 0,27% do PIB no acumulado até abril. Basicamente, investimentos em defesa, saúde e educação têm dominado. Esse número é pior do que o da época da crise, em 2009, quando foram despendidos 0,31% do PIB", salientou a economista.

> **"No primeiro trimestre de 2013 houve uma redução na taxa de rendimento real dos trabalhadores que caiu de 4%, em 2012, para 3% na média móvel de 12 meses fechado no último mês de abril. No entanto, há possibilidade de recuperação no segundo trimestre"**
> *Regis Bonelli*

Sondagens

Saindo do setor público e indo para a iniciativa privada, do lado das empresas, os índices de confiança da indústria, do comércio, de serviços e de construção medidos pela FVG/IBRE têm tido diferentes comportamentos. Aloisio Campelo, superintendente adjunto de Ciclos Econômicos, traçou o perfil de cada um dos índices de confiança setoriais e o do consumidor. Segundo Campelo, a indústria de transformação deve crescer em ritmo lento no segundo semestre de 2013, após a produção industrial cair 2% em maio, revertendo os ganhos de abril quando cresceu 1,9% por conta de uma melhora nas vendas dos setores de bens de capital e automobilístico no início do ano. A volatilidade da indústria, influenciada, principalmente, por medidas de estímulo temporárias, como IPI reduzido e baixas taxas de juros concedidas pelo BNDES, além da alta da inflação de alimentos e incertezas externas, já vem afetando a confiança dos industriais que tem caído desde fevereiro, quando atingiu o melhor momento no ano. "Os números de junho confirmaram claramente que o setor não está decolando como imaginávamos que decolaria em março e abril, meses em que os resultados foram favoráveis", enfatiza Campelo. Depois dos últimos resultados da produção da indústria, Silvia também enxerga no horizonte riscos mais nítidos de queda no crescimento econômico do país em 2013 que podem ser atribuídos, em grande parte, à possível continuidade de um desempenho morno da indústria e ao cenário geral de incertezas no Brasil devido aos protestos que

Indicador de atividade econômica – IAE (IBRE/FGV)
(médias móveis trimestrais e acumuladas em 12 m; IAE até maio – prévia)



vêm ocorrendo desde junho. "Preferimos manter nossa previsão de crescimento do PIB em 2,3%, mas caso esse panorama mais pessimista se consolide esse número pode ser até menor do que 2%", pondera.

O comércio, depois de um primeiro trimestre fraco influenciado pela queda das vendas nos supermercados, projeta alguma recuperação à frente, já que se prevê melhora da massa salarial, de acordo com o superintendente. Já na construção, o cenário para os próximos meses é incerto, com sinais dúbios. O desempenho dos insumos típicos da construção, um dos indicadores da sondagem da indústria de transformação já registra recuperação, porém, a sondagem do setor, que costuma ser mais volátil, ainda não seguiu o movimento. "Parece que os empresários estão mais cautelosos depois de preverem uma recuperação no ano passado que depois foi vista como não suficiente para alavancar o setor, principalmente na área de infraestrutura", ressalta o economista. Contudo, o que tem contribuído claramente para jogar a confiança para baixo, segundo Campelo, é a confiança do empresário do setor de serviços que vem caindo desde fevereiro último. Do lado do consumidor, a confiança de junho caiu 2,1%, fechando com queda de 0,4% em junho com relação a maio. A queda está claramente relacionada às manifestações que têm sido realizadas em todo o país. No longo prazo, a postura também cautelosa do consumidor deve manter o consumo das famílias em ritmo moderado até o final do ano.

Inflação

E o horizonte não aponta mudanças significativas nas taxas inflacionárias do país. Quem diz é Salomão Quadros, superintendente adjunto de Inflação da FGV/IBRE. Para ele, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do IBGE, no acumulado em 12 meses, ficará no teto da meta do governo (6,5%) ou acima, atingindo 6,8% num futuro breve. Mas o panorama não é apenas de más notícias. Em maio, o IPCA recuou de 0,55% para 0,37%, com destaque para o grupo alimentação que tem grande relevância no IPCA. Ele caiu de 0,96% para 0,31%. "O importante é que a tão esperada queda na alimentação no varejo foi disseminada. Doze das dezessete categorias do grupo registraram taxas menores. Mas o impacto continuou sendo primordialmente das hortaliças e legumes, alimentos com grande volatilidade", salientou Quadros em sua apresentação no seminário. Contudo, o economista alerta que apesar da melhora da inflação no varejo, maio trouxe novas pressões advindas da produção. As séries do Índice de Preço ao Produtor Amplo (IPA), da FGV/IBRE, apontam subida de preço das matérias-primas agropecuárias que deverão chegar mais caras no varejo daqui a 30, 60 dias. Esse aumento, porém, não será visto nos insumos industriais. "Passando para os preços industriais o cenário externo é extremamente favorável e até tranquilizador. Os índices de preços de importados e exportados nos EUA estão descendo degraus a cada mês, sinal de que as pressões dos custos para as indústrias continuam no terreno negativo", aponta Quadros.

Para o economista, nem a recente valorização do dólar frente ao real — observada a partir de maio deste ano, mas que já vem sofrendo reduções —, deverá ser suficiente para a indústria repassar a alta de preços ao consumidor de forma instantânea e ampla. "Não será igual às grandes desvalorizações observadas em 1999 ou 2002, por exemplo, pois tivemos progressos estruturais importantes como a implantação do regime de metas. Em 2012, houve uma desvalorização de 20% do real frente ao dólar e mesmo assim o impacto na inflação foi moderado. É preciso mais tempo para a indústria entender melhor a mecânica dessa movimentação que tem causas externas e internas e repassar o aumento. Além disso, nenhuma empresa quer ser a primeira nem a última a fazer isso", afirma otimista. Quadros acredita que o preço dos alimentos, principalmente os *in natura*, ainda é mais preocupante que o repasse cambial. "A piora no desempenho da inflação brasileira talvez preocupe um pouco em termos de repasse cambial, mas mesmo levando tudo isso em conta continuo me preocupando mais com tomates, batatas e outros hortifrútis."

Em junho, o IPCA voltou a diminuir, registrando variação de 0,26%, que, segundo o IBGE, é a menor taxa desde junho de 2012, quando chegou próximo à estabilidade. Entretanto, no acumulado dos últimos 12 meses, o índice ficou em 6,70%, acima do teto da meta estipulada pelo governo que é de 6,5%.

Boletim Macro do IBRE. Tudo para você estar bem informado sobre a economia.



portalibre.fgv.br – facebook.com/ibrefgv – twitter.com/fgvibre – youtube.com/fgvtv

Available on the App Store

agência3

Estatísticas, projeções, análises
e toda a visão estratégica do IBRE
sobre o cenário macroeconômico brasileiro.
Uma verdadeira radiografia mensal
com indicadores que retratam
a economia do país. Disponível para
você se informar, do jeito que preferir,
inclusive por vídeo. Todo mês,
de graça, onde você estiver.



FGV IBRE

IBREFGV FGVIBRE FGVTV PORTALIBRE.FGV.BR



Faltou a tributação da renda extraordinária no novo Código Mineral

Mauricio Canêdo Pinheiro

Para entender a importância das mudanças trazidas pelo novo Código Mineral, é interessante analisar como a nova legislação vai afetar os grandes projetos altamente lucrativos. É verdade que o código estende-se para toda a mineração, o que vai do minério de ferro e do ouro a pequenos empreendimentos de exploração de areia e argila. É nos projetos de maior porte, porém, que residem as opções mais cruciais do novo código, em termos dos impactos nos investimentos e nas receitas que o governo pode extrair.

A nova legislação traz alterações de alíquotas e de bases de cálculo. A alíquota da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM, equivalente aos *royalties*), que antes era de no máximo 3%, agora poderá atingir até 4%. Embora a regulamentação das novas alíquotas ainda não tenha sido aprovada, tudo indica que, para boa parte dos minerais, elas devem aumentar. Por exemplo, no minério de ferro sinalizou-se aumento dos atuais 2% para 4%.

Na base de cálculo, a principal modificação é que a CFEM incidirá sobre a receita deduzida dos tributos apenas. Na versão atual, os gastos com transporte e seguro também eram deduzidos. Essa simplificação pode contribuir para reduzir a insegurança jurídica, já que o cálculo das despesas com transportes é naturalmente sujeito a controvérsias. Vários estados e municípios produtores de minério se julgam no direito de receber bilhões de reais em compensações devidas pelo setor de mineração, por conta de contenciosos envolvendo o cálculo da despesa com impostos a ser deduzida da receita para efeitos da incidência da CFEM.

Lucros supranormais

A extração mineral é um setor que justifica uma tributação diferenciada. A atividade envolve recursos não renováveis a cujo acesso há um racionamento, com base em algum sistema de alocação que imponha barreiras à entrada. Sendo assim, a extração mineral é uma indústria que tipicamente gera lucros supranormais (extraordinários) para os participantes. Essa renda adicional corresponde aos valores apropriados em excesso ao lucro econômico

normal, que já contabiliza os custos de oportunidade inerentes ao negócio. Não há sentido em deixar toda essa renda extraordinária para as empresas, uma vez que ela é meramente resultado da escassez de um recurso natural. A taxação dessa renda é, portanto, um objetivo fiscal legítimo da sociedade.

Se a razão para tributar o setor de mineração está clara, outra discussão interessante é se a atividade mineradora deve ter essa tributação extraordinária (em relação a outras atividades empresariais) com incidência sobre o faturamento ou diretamente sobre os lucros supranormais. Essa discussão põe em perspectiva um balanço entre, de um lado, a simplicidade e o possível ganho em segurança jurídica da incidência da tributação sobre o faturamento e, do outro, algumas vantagens de eficiência fiscal da incidência sobre a renda extraordinária associada aos recursos minerais.

A vantagem evidente de taxar a renda extraordinária é que esse sistema não inviabiliza nenhum projeto de mineração que seja economicamente viável antes da incidência do tributo. Já o imposto sobre o faturamento pode impedir que empreendimentos potencialmente lucrativos saiam do papel.

Do ponto de vista do Estado regulador, e mesmo da eficiência econômica, é interessante que todos os projetos de mineração economicamente viáveis antes da tributação sejam explorados, o que aumenta a oferta do produto e também os impostos recolhidos pelo Estado. Assim, aparentemente, o modelo ideal seria aquele no qual a CFEM incidisse sobre a renda extraordinária gerada pelo recurso mineral, e não sobre a receita líquida de impostos.

Alguns fatores justificariam a escolha acima. O primeiro, já mencionado, é a maximização de receitas, pelo fato de que nenhum projeto economicamente viável seria inviabilizado. O segundo, correlacionado ao primeiro, é a eficiência da tributação, que se torna neutra em relação ao conjunto de empreendimentos. A tributação sobre a receita onera mais os projetos com menor rentabilidade sobre o capital investido, o que distorce os incentivos para se investir no setor. Dois projetos com a mesma receita, mas custos diferentes, pagariam o mesmo volume de impostos, o que claramente vai contra a equidade tributária.

Atribuições da agência

Por outro lado, a tributação sobre o faturamento é mais simples, o que exige menos da burocracia envolvida na coleta do imposto, e é mais fácil de se compreender e de ser acompanhada pela sociedade.

Essa não é uma questão trivial, já que o novo Código Mineral prevê que o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) se transforme numa agência reguladora, o que multiplicará as suas atribuições e atividades. A tributação sobre a renda extraordinária é relativamente complexa, e exige um acompanhamento muito detalhado dos projetos e da operação das mineradoras. É preciso levar em consideração, portanto, os recursos de gestão disponíveis à máquina pública neste momento.

Nos projetos de maior porte residem as opções mais cruciais do novo código, em termos dos impactos nos investimentos e nas receitas que o governo pode extrair

Feita essa ressalva, é importante notar que a tributação da renda extraordinária na mineração também não é nada tão sofisticada e difícil que deva ser descartada *a priori*. Basta lembrar que a Austrália, outra potência mineradora, caminhou nessa direção na recente reforma empreendida na tributação do setor. Na mineração de ferro e carvão, *royalties* que causavam distorções, cobrados pelas províncias, foram substituídos por uma tributação centralizada sobre a renda extraordinária.

Também é interessante observar que o setor de petróleo no Brasil, excluindo-se o pré-sal, trabalha em um regime de tributação bastante semelhante ao imposto sobre a renda extraordinária, o que indica que esta opção é operacionalmente fac-

Uma questão relevante é a capacidade do Estado em organizar as concessões e monitorar o seu funcionamento, com todos os complexos procedimentos de acompanhamento das atividades das empresas concessionárias

tível. Na verdade, trata-se, no caso do petróleo, de um modelo híbrido, no qual os *royalties* incidem sobre o faturamento e a participação especial sobre a renda extraordinária. Esta última somente é cobrada de blocos muito produtivos.

Implicitamente, o regulador internalizou, no petróleo, o balanço entre simplicidade e transparência, de um lado, e eficiência, do outro, optando pela tributação sobre a renda extraordinária — mais custosa de ser colocada em prática — somente nos casos em que a renda do petróleo era grande o suficiente para justificar o esforço. É verdade, por outro lado, que esse tipo de cobrança de impostos é mais comum no petróleo, e que países mineradores importantes, como o Chile, não o adotam.

Retomando o mote inicial desta reflexão, a tributação sobre a renda extraordinária, que é mais custosa, parece ser uma boa opção para os grandes projetos de mineração, e aqueles de menor risco exploratório. Nesse caso, a CFEM sobre o faturamento pode inviabilizar empreendimentos ou distorcer os incentivos para a alocação ótima de capital, o que não parece vantajoso nem para as empresas nem para o governo. Já para projetos pequenos e pulverizados, talvez o trabalho para o Estado de montar a estrutura de supervisão e acompanhamento, necessária para a tributação sobre a renda extraordinária, não valha tanto a pena.

Adicionalmente, é importante notar que há outra vantagem, menos óbvia, na tributação sobre a renda extraordinária da mineração. Para entendê-la, é preciso levar em conta que, diferentemente do que ocorre com o petróleo, em que o Brasil é tomador de preço no mercado internacional, o país funciona como um formador de preço de vários minerais.

Nesse tipo de situação, à medida que a tributação sobre o faturamento iniba alguns projetos em território nacional, a reação dos competidores australianos, por exemplo, não é apenas a de ocupar a lacuna na oferta. A teoria microeconômica mostra que, em situações desse tipo, a tendência dos competidores é agir mais agressivamente, roubando mais participação de mercado dos produtores nacionais do que apenas aquela que se criou pela não realização de alguns empreendimentos. O governo, portanto, como interessado no potencial tributário das atividades econômicas, deveria estar atento às perdas potenciais da CFEM sobre o faturamento.

Regime de exploração

Uma segunda mudança importante do código é em relação ao modelo de exploração em si. O critério atual, pelo qual o direito de exploração é atribuído aos primeiros que o reivindicam, será substituído por chamadas públicas, para os projetos menores, mais simples ou de maior risco geológico; e por leilões de concessão, no caso dos empreendimentos maiores e de menor risco.

No caso de pequenos empreendimentos de baixo valor econômico, como a exploração de areia e argila, permanece o antigo critério de conceder o direito de exploração ao primeiro que o reivindicar.

No novo modelo, os contratos de concessão serão parecidos com os do petróleo fora da área do pré-sal, com o estabelecimento de contratos com direitos e deveres das duas partes, programa exploratório mínimo, regras de conteúdo local e critérios para a disputa de preços — bônus de assinatura, bônus de descoberta e outras opções. Os contratos têm duração de 40 anos, com possibilidade de renovação, potencialmente com novas exigências, por períodos sucessivos de 20 anos.

É compreensível que o governo queira terminar com o sistema de "quem chega primeiro", embora seja digno de nota que este é o regime que prevalece na maioria

dos países, inclusive potências mineradoras, como Canadá, Chile e Austrália. Nos Estados Unidos, o direito de lavra pertence ao proprietário do terreno em cujo subsolo o recurso é explorado.

No caso do Brasil, um dos objetivos das autoridades com a mudança é evitar as ações especulativas, pelas quais algumas empresas "sentam-se" em cima das suas licenças por longos períodos, sem de fato explorá-las. Do ponto de vista da teoria econômica, faz sentido que o direito de exploração seja concedido a quem estiver disposto a pagar mais por ele.

Há, porém, algumas considerações de ordem prática a fazer. Como já foi notado, a nova agência reguladora da mineração já nasce sobrecarregada de atribuições, quando comparada ao DNPM e suas funções. No artigo 25 do novo Código Mineral, que define as atividades da agência, constam 21 atribuições.

Assim, uma questão relevante é a capacidade do Estado em organizar as concessões e monitorar o seu funcionamento, com todos os complexos procedimentos de acompanhamento das atividades das empresas concessionárias. Nos projetos maiores e mais lucrativos, que serão objeto de leilão, é provável que a relação custo-benefício do governo seja favorável.

Receitas fiscais

É duvidoso, porém, que seja justificável a categoria intermediária, das chamadas públicas, que envolverá também contratos de razoável complexidade. Talvez, como no caso do regime de tributação, os grandes empreendimentos de baixo risco exploratório devam ser destacados como a parte do setor em que realmente valha a pena mudar as regras do jogo.

Em relação aos demais projetos, o sistema muito mais barato de dar o direito de exploração a quem primeiro o reivindica pode ser mais vantajoso para o Estado do que as chamadas públicas. É bom lembrar que as chamadas podem se constituir num processo moroso até a efetiva exploração do recurso, dadas as travas burocráticas que ainda atrapalham o funcionamento eficiente do setor público no Brasil.

Uma última questão, relativa aos leilões, é a forma de pagamento. O risco geológico da mineração costuma ser maior do que o do petróleo, e, se o leilão for por maior bônus de assinatura, por exemplo, é possível que haja desestímulo à pesquisa de novas áreas. Esse, porém, é um problema fácil de resolver, bastando para isso definir como critério de seleção algum tipo de pagamento contingente à descoberta de minerais. Em outras palavras, como as empresas somente deverão pagar a compensação em caso de sucesso do empreendimento, o risco é bastante reduzido. Além disso, como o risco é mitigado, as empresas tendem a ser mais agressivas em seus lances no leilão, o que aumenta o potencial de arrecadação. Se esse pagamento incidir sobre a renda extraordinária (e não sobre o faturamento), essas vantagens são amplificadas.

O Brasil já se mostrou apto a montar um bom arcabouço institucional para as concessões de petróleo e gás, e nada indica que não possa fazer o mesmo na mineração

Evidentemente, se o governo estiver interessado em maximizar receitas fiscais no curto prazo, a escolha recairá nos bônus de assinatura. Nesse caso, porém, é bom que fiquem claras as perdas com relação ao estímulo à descoberta de novas áreas de exploração. No mais, é importante que os leilões tenham regras claras, em que a concessão só possa ser revogada ou modificada mediante o cumprimento de procedimentos previstos e transparentes, com amplo direito de defesa e mecanismos verificáveis. O Brasil já se mostrou apto a montar um bom arcabouço institucional para as concessões de petróleo e gás, e nada indica que não possa fazer o mesmo na mineração.

Mauricio Canêdo Pinheiro é Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da FGV.

FGV IBRE

CONJUNTURA ECONÔMICA

PARALELOS HISTÓRICOS

SEGURANÇA E MATRIZ ENERGÉTICA

Veja outras edições da Conjuntura Econômica que abordaram os temas SEGURANÇA e MATRIZ ENERGÉTICA.
São mais de 850 números disponíveis para consulta. Desenvolva sua própria busca obtendo resultados em segundos.

www.fgv.br/ibre/bibliotecavirtual

SUGESTÃO DE PESQUISA #1
Energia Alternativa no Futuro
Na década de 80 já se tentava mapear possibilidades de ações futuras.
O que mudou de lá pra cá?

Pesquise por: matriz energética + alternativa

SUGESTÃO DE PESQUISA #2
Energia nuclear, opção contra novos apagões?

Pesquise por: energia nuclear + fonte + eletricidade

COMO PESQUISAR:

Nessas sugestões de pesquisas, as palavras indicadas no parágrafo "Pesquise por:" devem ser digitadas na página de "Pesquisa Livre" no "passo 1" mostrado aqui à direita, ou se preferir diretamente no campo de busca dentro da ferramenta de pesquisa (DocReader), como vemos também ao lado, no passo 3.
Para uma pesquisa mais ágil e eficaz, assista aos vídeos de orientação disponíveis na "ajuda" localizada no site ou no DocReader.

Powered by: docpro

8 DÉCADAS DA ECONOMIA DO PAÍS.

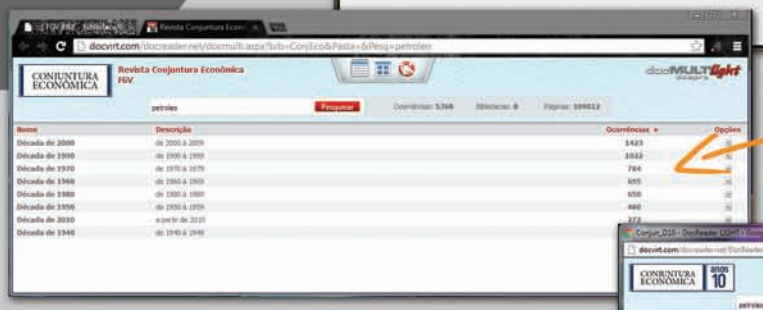
Pesquise livremente em mais de 850 edições da revista, (exceto a edição em banca e as 2 anteriores) de forma rápida e simples, em apenas 3 passos.

1 Acesse a página de pesquisa pelo portal IBRE ou diretamente pelo link www.fgv.br / ibre / bibliotecavirtual



2

Escolha o período e digite as palavras que deseja pesquisar.



Na tela inicial, caso tenha escolhido TODOS os períodos escolha agora um deles para filtrar os resultados.

2b

3

O resultado da sua busca aparece com as palavras da pesquisa destacadas em verde. O mesmo destaque aparece nas demas ocorrências das páginas do acervo.



VOCÊ PODE
ter estes recursos disponíveis em seus documentos!

Acesse agora www.docpro.com.br e veja como é simples e rápido encontrar a informação que precisa, dentro dos seus documentos. Excelente para acervos privados ou públicos, tanto de uso interno como na Web. Acessível para consulta no computador, tablet ou smartphone. Surpreenda-se com as possibilidades, inclusive de obter receita extra.

Os custos dos congestionamentos na cidade de São Paulo

Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

São Paulo é a 10ª cidade mais rica do planeta, podendo ocupar o sexto lugar desse ranking até 2025. Representa 12% do PIB brasileiro, participa com 36% do PIB paulista e produz 60% do valor agregado estadual no setor de serviços e 39% no setor industrial. Tal peso faz de São Paulo o principal "motor" da economia brasileira. Fenômenos que afetam a atividade produtiva da cidade impactam fortemente a competitividade do estado e do país como um todo.

Segundo o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), em setembro de 2012, a cidade de São Paulo contava com mais de 4,8 milhões de automóveis, 11,5% da frota brasileira. Entre 2001 e 2012 a frota paulistana cresceu 54%. Nesse mesmo período a população da cidade cresceu 8%. Com isso, o número de automóveis por habitante saiu de 0,30 para 0,42 no período, quase o dobro do índice nacional de 0,22.

O crescimento da frota de automóveis em São Paulo gerou uma elevação na demanda por vias de circulação. Em curto prazo, a oferta dessas vias é inelástica

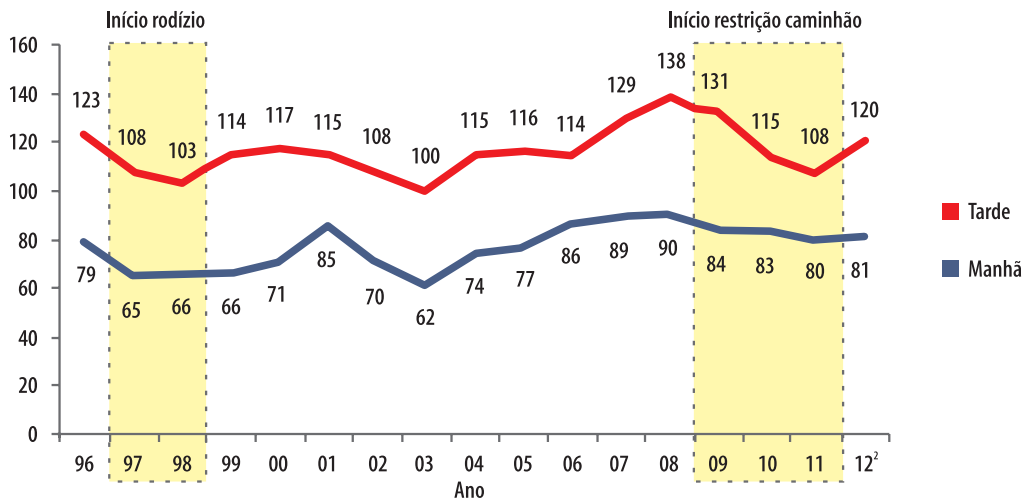
O crescimento da frota de automóveis em São Paulo gerou uma concomitante elevação na demanda por vias de circulação. Como em curto prazo a oferta dessas vias é inelástica, e investimentos na infraestrutura viária e no transporte coletivo de alta capacidade não foram suficientes para criar alternativas de locomoção de bens e de pessoas pelo município, a crise de mobilidade tornou-se inevitável. O trânsito tornou-se congestionado, mesmo com a adoção de medidas como o rodízio de veículos e as restrições na circulação de caminhões. Tal situação impõe um custo elevado e crescente para o setor produtivo e para a qualidade de vida da população paulistana.

A estimativa dos custos dos congestionamentos na cidade de São Paulo foi diferenciada em dois tipos: o custo de oportunidade do tempo perdido das pessoas ociosas no trânsito e os dispêndios monetários causados pela lentidão, mais especificamente os custos adicionais de combustíveis, de transporte de mercadorias e de emissão de poluentes.

O custo de oportunidade é um valor teórico e está relacionado ao uso alternativo do tempo gasto pela população nos congestionamentos. O ponto de partida foi estimar o valor médio da hora de trabalho dos paulistanos, tendo como referências o PIB e a população economicamente ativa ocupada da cidade de São Paulo.

Os custos pecuniários do congestionamento foram estimados a partir de funções contidas em um estudo coordenado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em parceria com a Associação Nacional de Transporte Público (ANTP) que têm como variáveis dependentes o consumo de combustí-

Congestionamentos[1] na cidade de São Paulo
(em km) – 1996-2012



[1]Refere-se à média aritmética anual nos horários de pico.
[2]Para o ano de 2012 foi considerada a média aritmética mensal dos congestionamentos até o mês de setembro, conforme tabela A-1 do anexo.
Fonte: CET (Companhia de Engenharia de Tráfego de São Paulo) de 1996 a 1999. Os dados de 2000 a 2011 foram obtidos no site Observatório Cidadão–Nossa São Paulo. Acesso em 29/11/2012.

vel e a emissão de poluentes, e como variável independente a velocidade de circulação dos veículos.

O custo relacionado à poluição se refere aos seus reflexos nas despesas de tratamento público de doenças respiratórias, alergias, irritações de órgãos entre outros.

Em ambos os casos foram comparadas situações sem congestionamento e com lentidão, conforme a tabela abaixo. Em situação de ausência de congestionamento considerou-se a hipótese de uma velocidade média de 50 km/h para carros e de 30 km/h para os ônibus.

Para a apuração do custo do transporte de carga foram utilizadas funções desenvolvidas pela NTC & Logística (Associação Nacional do Transporte Rodoviário de Cargas e Logística). Considerou-se o aumento do custo da tonelada em um percurso médio entre 31 km e 40 km em função de uma queda na velocidade de 50 km/h para a velocidade média estimada para cada ano.

São Paulo é vítima de uma concepção urbanística ultrapassada. Segue o modelo de uma cidade formada por um núcleo central rodeado de centros periféricos residenciais e comerciais de segunda ordem

Resultados

Os resultados apresentados na tabela da página 65 revelam que os custos estimados dos congestionamentos são crescentes ao longo do tempo. No caso dos custos pecuniários, os desembolsos passaram de R$ 7 bilhões, em 2002, para R$ 10 bilhões, em 2012. Já os custos de oportunidade saltaram de R$ 10,3 bilhões para R$ 30,2 bilhões no mesmo período. No total, as perdas saíram de R$ 17,3 bilhões, em 2002, para R$ 40,1 bilhões, em 2012.

A revascularização do fluxo viário

São Paulo é vítima de uma concepção urbanística ultrapassada. Segue o modelo de uma cidade formada por um núcleo central rodeado por centros periféricos residenciais e comerciais de segunda ordem. O sistema viário segue essa lógica, com a construção de grandes artérias radiais para onde flui o trânsito, na expectativa de os veículos circularem em velocidades mais elevadas em direção a esses pontos centrais.

Paradoxalmente, os congestionamentos se concentram nas grandes vias arteriais e em seus acessos. Ao mesmo tempo, o restante do leito carroçável fica ocioso mesmo nos horários de pico. A perversa lógica viária arrasta os motoristas para as vias arteriais por meio de complexo sistema de mão e contramão, bloqueios de vias e redes de semáforos que privilegiam as grandes correntes de tráfego.

Vale uma comparação de São Paulo com a ilha de Manhattan, em Nova York. Na capital paulista, são 1.500 km², por onde circulam quase sete milhões de veículos, ou seja, pouco mais de 4,6 mil veículos por km². Em Manhattan, com área de 87,5

Velocidade geral na cidade de São Paulo
(em km/hora)

Ano	Manhã	Tarde	Média
2000	20,4	19,4	19,9
2001	19,7	19,6	19,7
2002	19,9	18,1	19,0
2003	23,2	19,7	21,5
2004	19,3	17,7	18,5
2005	18,5	16,7	17,6
2006	18,3	16,8	17,6
2007	17,0	14,2	15,6
2008	17,3	14,8	16,1
2009	20,1	16,1	18,1
2010	19,1	17,8	18,5
2011	18,1	16,8	17,5
2012 (est.)	18,1	16,8	17,5

Fonte: Até 2010 dados extraídos do link (http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/12_velocidade_media_no_transito_1980_600.html); CET para 2011.

Resumo das perdas totais
(em R$ milhões)

Itens	2002	2004	2006	2008	2010	2012
Custo de oportunidade	10.342	13.128	17.193	24.282	27.112	30.175
Gasto adicional gasolina por carro	3.434	3.769	3.793	4.723	4.277	4.858
Poluição por carros	479	525	528	659	596	677
Gasto adicional diesel por ônibus	184	242	288	268	256	318
Poluição por ônibus	17	23	28	25	24	29
Transporte de carga	2.866	2.740	3.698	4.431	3.648	4.099
Total custo pecuniário	6.985	7.300	8.377	10.107	8.803	9.983
Total geral	17.328	20.428	25.530	34.490	35.915	40.159

Fonte: Marcos Cintra.

km², circulam cerca de 2 milhões de veículos, ou quase 23 mil carros por km². Mesmo tendo cinco vezes a densidade de veículos de São Paulo, os congestionamentos lá são bem menos intensos. Os veículos ocupam de maneira mais ou menos homogênea todas as vias da ilha, fazendo o trânsito fluir por toda a superfície carroçável com mais velocidade.

O sistema arterial concentrador de fluxo deixou de funcionar. Ele demanda investimentos pesados em infraestrutura viária. Os túneis Ayrton Sena, Jânio Quadros, Faria Lima, Rebouças e a ponte estaiada do complexo Real Parque custaram quase R$ 3 bilhões, mas não geraram benefícios significativos para a circulação de pessoas e de cargas. Caso esses recursos tivessem sido aplicados, por exemplo, na construção de 80 pontes sobre os rios Pinheiros e Tiête e/ou na interligação de vias lindeiras às marginais, a cidade teria um sistema revascularizado que reduziria os atuais congestionamentos.

Em vez de grandes obras, seria mais eficaz realizar um conjunto de obras de porte menor por todos os pontos críticos da cidade de forma a criar um sistema integrado de circulação paralela às grandes artérias. A médio prazo se estaria criando uma malha de vias reticulares por toda a cidade, desconcentrando fluxos de veículos, retirando-os das artérias entupidas e aproveitando melhor cada metro quadrado dos mais de 16 mil quilômetros de vias existentes em São Paulo e que hoje ficam ociosas, exceto para o trânsito local.

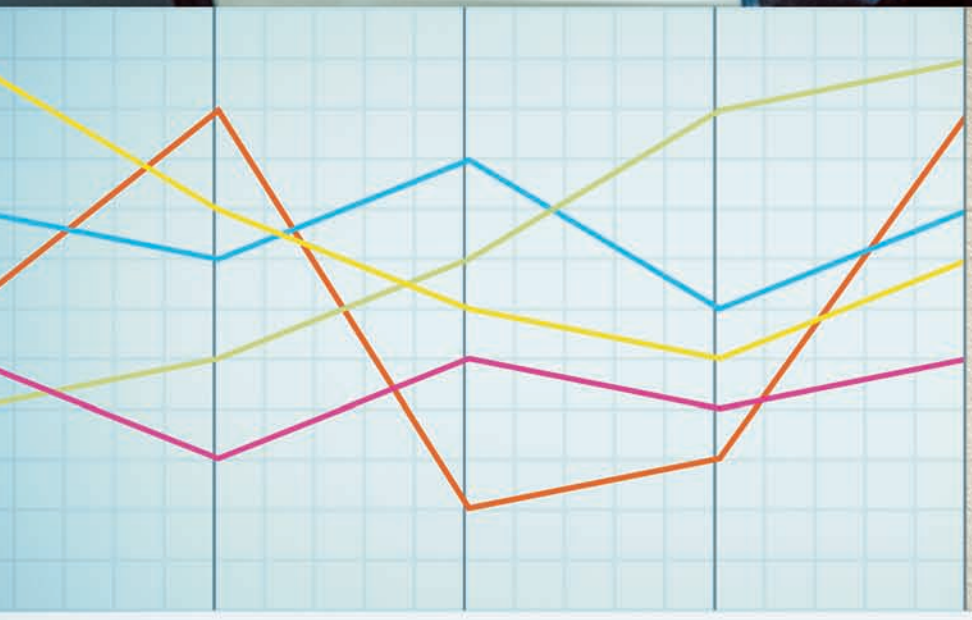
Em vez de grandes obras, seria mais eficaz realizar obras de porte menor nos pontos críticos da cidade, criando um sistema integrado de circulação paralela às grandes artérias

Transportes coletivos, com ênfase em investimentos em metrô, são constantemente lembrados como a única solução definitiva. Porém, isso exige um grande volume de recursos e provavelmente serão necessárias algumas décadas até que a cidade tenha uma rede de transporte público de massa adequada as suas necessidades.

Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque é vice-presidente da FGV.

O estudo completo e a metodologia de cálculo podem ser obtidos em www.marcoscintra.org/adm/doc/Custo_Transito.pdf.





ÍNDICES GERAIS E ÍNDICES DE ACORDO COM O PERFIL DE CADA EMPRESA. ISSO SIGNIFICA O SEGUINTE: VOCÊ TEM 100% DE CHANCES DE MELHORAR OS RESULTADOS.

Para a produção de índices de preços e indicadores econômicos, o IBRE dispõe de uma estrutura de pesquisa única no Brasil em dimensão e qualidade: oito escritórios, localizados nas principais capitais, pesquisam preços para todas as unidades da Federação, tanto no varejo como no atacado.

São coletados, mensalmente, cerca de 200.000 preços de produtos e serviços, com a colaboração de 15.000 empresas informantes.

Além de índices gerais, o IBRE desenvolve indicadores direcionados especificamente a um setor, atividade ou empresa.

Conheça todo o universo de indicadores do IBRE no nosso site.

Índices Gerais de Preços | Bancos de Dados | Levantamentos de Preços | Índices Setoriais | Pesquisas Qualitativas e Domiciliares | Pesquisas Empresariais

FGV
IBRE

www.fgv.br/ibre | (21) 3799-6799



Para quem busca mais conhecimento para se diferenciar no mercado, o FGV Online oferece os Cursos de Atualização 30 Horas.

São 9 semanas de aulas em diversas áreas, todas com a excelência da FGV para você estudar onde estiver.

Acesse fgv.br/fgvonline e conheça todos os Cursos de Atualização.

FGV online

É a FGV, *online*.

RJ 21 3799 6676 | SP 11 3799 3494



O Governo do Estado de São Paulo trabalha em ritmo acelerado para levar até você um sistema cada vez melhor e mais moderno. São obras simultâneas em quatro linhas: a expansão da Linha 4 (Vila Sônia-Luz) e da Linha 5 (Largo 13-Chácara Klabin), além do Monotrilho nas linhas 15 (Vila Prudente-Cidade Tiradentes) e 17 (Aeroporto de Congonhas-Morumbi). E outras três novas obras estão a caminho. A Linha 6 (Brasilândia-São Joaquim), que interliga cinco grandes universidades, a extensão da Linha 2, que irá até Guarulhos, e a Linha 18 (Tamanduateí até o ABC).

Novas linhas. Novos trens. Novas estações. É o transporte público de São Paulo no caminho certo.

METRÔ

GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO
Secretaria dos Transportes
Metropolitanos